



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NAS FORÇAS
ARMADAS**

MAJ CAV Ricardo Dias Lourenço

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2014-2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NAS FORÇAS
ARMADAS**

MAJ CAV Ricardo Dias Lourenço

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2014-2015

Orientador: CTEN AN António Mesquita Bernardino

Pedrouços 2015



Agradecimentos

O processo de elaboração deste trabalho estendeu-se no tempo e teve o contributo de inúmeras pessoas, sendo da mais elementar justiça fazer-lhes aqui referência. Pessoas do meu círculo de amigos e familiar, profissionais, militares e civis que, de uma forma ou de outra, se assumiram como base de apoio, contribuindo para a condução e conclusão deste projeto.

Assim, ao meu orientador, capitão-tenente António Bernardino, agradeço a confiança e amplitude de movimentos concedidas na procura de uma linha de investigação de acordo com os objetivos a que me propus.

À primeiro-tenente Estela Magalhães agradeço a disponibilidade, apoio e interesse que demonstrou desde o nosso primeiro contacto, sem os quais a minha tarefa teria sido decerto muito mais complexa e difícil de concretizar.

À professora Maria Manuela Melo, à professora Ana Sernadas, ao capitão Ivo Cavaco e ao alferes Tiago Rodrigues, agradeço a total e pronta disponibilidade que demonstraram desde o primeiro momento de contacto para colaborarem comigo, dando-me a conhecer as suas realidades profissionais, contribuindo com opiniões e partilhando comigo experiências profissionais que foram acumulando aos longo das suas carreiras.

À minha amiga Raquel Amaro que, mesmo do outro lado do mundo e com prejuízo para o seu tempo pessoal, se disponibilizou e em muito contribuiu para a revisão e organização do texto que aqui apresento.

Finalmente, mas com elevadíssimo grau de gratidão, agradeço à Rita e à Matilde por serem o meu porto de abrigo, a minha fonte de inspiração e por me concederem votos de confiança inabalável e o apoio incondicional necessários à prossecução e ao alcançar de mais um objetivo na minha vida. Serão sempre parte de mim e contarei sempre convosco.



Índice

Introdução	1
1. Caracterização das estruturas de formação e testagem linguística das Forças Armadas portuguesas	12
a. Laboratório de Línguas do EMGFA	12
b. Centro de Línguas do Exército	13
c. Gabinete de Língua Inglesa da Escola de Tecnologias Navais	15
d. Escola de Línguas da Força Aérea Portuguesa	17
2. Bureau for International Language Coordination	22
a. Missão e Objetivos	22
b. Mecanismos reguladores da proficiência linguística dos militares dos países da OTAN	24
3. Aplicação do Modelo de Análise	27
a. Formação	28
b. Treino / Aperfeiçoamento	32
c. Testagem	33
d. Contributos para um modelo comum	36
Conclusões	39
Bibliografia	45

Índice de Apêndices

- Apêndice A – Estrutura do trabalho de investigação individual
- Apêndice B – Guião da entrevista realizada aos Chefes/Diretores das estruturas de formação e testagem de competências linguísticas das FA.
- Apêndice C – Transcrição da entrevista realizada à Sra Professora Ana Sernadas, Diretora/Formadora do Centro de Línguas do Exército.
- Apêndice D – Transcrição da entrevista realizada à Sra ITEN Estela Magalhães, Chefe do Gabinete de Língua Inglesa - Departamento de Formação Geral – Escola de Tecnologias Navais e Representante nacional no BILC.
- Apêndice E – Transcrição da entrevista realizada aos Srs CAP Ivo Cavaco e ALF Tiago Rodrigues, Diretores/Formadores da Escola de Língua Inglesa do CFMTFA.



Apêndice F – Transcrição da entrevista realizada à Sra professora, Diretora do Laboratório de Línguas do EMGFA, Maria Manuela Melo.

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Modelo de análise	11
Tabela 2 – Lista de entrevistas realizadas	28
Tabela 3 – Tabela de Análise à Questão 1.....	29
Tabela 4 – Tabela de Análise à Questão 2.....	30
Tabela 5 – Tabela de Análise à Questão 3.....	31
Tabela 6 – Tabela de Análise à Questão 4.....	32
Tabela 7 – Tabela de Análise à Questão 5.....	34
Tabela 8 – Tabela de Análise à Questão 6.....	35

Índice de Figuras

Figura 1 – Metodologia de Investigação	9
Figura 2 – Modelo concetual de investigação	10
Figura 3 – Estrutura do TII.....	Apd A - 1



Resumo

A interoperabilidade das forças pertencentes à OTAN constitui-se como um fator determinante na prossecução dos objetivos desta grande organização internacional, sendo transversal a todos os domínios incluindo o da comunicação, que desempenha um papel fundamental na interligação das forças aliadas.

A presente investigação teve como finalidade analisar as diferentes estruturas militares de formação e testagem linguística por forma a contribuir para a normalização dos modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística dos militares, garantindo, dessa forma, a qualidade do seu desempenho em ambiente multinacional.

O percurso metodológico adotado seguiu três fases distintas e complementares: heurística, análise de dados e síntese conclusiva.

Concluimos que a especificidade de cada ramo, o ambiente em que operam e a terminologia utilizada obrigam a uma formação linguística específica, justificando a implementação de tipologias de formação diferenciadas, havendo, no entanto, a necessidade de criar processos de testagem centralizados que sejam eficientes, eficazes e de qualidade reconhecida.

Palavras-chave

Proficiência linguística, competências linguísticas, formação, treino/aperfeiçoamento, testagem.



Abstract

Interoperability among NATO forces is a determining factor in the achievement of this great organization goals, being transversal to all domains including communication, which plays a key role in the Allied forces interconnection.

The research presented here aimed at analysing the different military training and language testing structures in order to contribute to the standardization of language training, upgrading and testing models, thus assuring the quality of our military's performance in multinational environments.

The adopted methodological approach followed three distinct and complementary phases: heuristic, data analysis and concluding summary.

We concluded that the specificity of each branch, the environment in which they operate and the terminology used require specific language training that justifies the implementation of different and specialized training typologies, while identifying the need for efficient, effective and recognized centralized testing processes.

Key words

Language proficiency, language skills, education, training/upgrading, testing.



Lista de siglas e abreviaturas

ACO	<i>Allied Command Operations</i>
ALC	<i>American Language Course</i>
ALCPT	<i>American Language Course Placement Test</i>
BAT	<i>Benchmark Advisory Test</i>
BILC	<i>Bureau for International Language Coordination</i>
CEMA	Chefe de Estado Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado Maior do Exército
CEMFA	Chefe do Estado Maior da Força Aérea
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CI	Comunidade Internacional
CID	Comando de Instrução e Doutrina do Exército
CL	Centro de Línguas
CLE	Centro de Línguas do Exército
DInst	Direção de Instrução
DLIELC	<i>Defense Language Institute – English Language Center</i>
EaD	Ensino à Distância
ELI	Escola de Línguas
EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas
ETNA	Escola de Tecnologias Navais
EXE	Exército
FAP	Força Aérea Portuguesa
FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
FOLIM	Formação em Língua Inglesa na Marinha
GLI	Gabinete de Língua Inglesa
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
JALLC	<i>Joint Analysis and Lessons Learned Centre</i>
JFT	<i>Joint Force Trainer</i>
JSSG	<i>Joint Services Sub-Group</i>
KFOR	<i>NATO Kosovo Force</i>



LL	Laboratório de Línguas
MAR	Marinha
NPL	Nível de Proficiência Linguística
NTG	<i>NATO Training Group</i>
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAFM	Plano Anual de Formação Militar
PD	Pergunta Derivada
PDInst	Plano de Instrução
PE	<i>Peacetime Establishmnet</i>
PfP	<i>Partners for Peace</i>
PP	Pergunta de Partida
QP	Quadro Permanente
RDInst	Regulamento de Instrução
SACT	<i>Supreme Allied Commander Transformation</i>
SHAPE	<i>Supreme Headquarters Allied Powers Europe</i>
SLP	<i>Standardized Language Profile</i>
STANAG	<i>Standardization Agreement</i>
TAPL	Testes de Avaliação do Perfil Linguístico
TII	Trabalho de Investigação Individual



Introdução

O tema do presente Trabalho de Investigação Individual (TII) do Curso de Estado-Maior Conjunto 2014 – 2015 é “O ensino de línguas estrangeiras nas Forças Armadas”.

“Os interesses nacionais que decorrem do estatuto de Portugal como uma democracia europeia e atlântica – com vocação universal mas com recursos limitados – tornam necessária a sua integração numa rede de alianças estável e coerente. A UE e a OTAN são, assim vitais para a segurança e defesa nacionais, bem como para a modernização e prosperidade de Portugal. Os interesses nacionais exigem uma maior coesão e solidariedade no seio da UE e da OTAN, o reforço da parceria estratégica entre estas duas organizações bem como entre a Europa e os EUA.”
(Governo de Portugal, 2013, p. 8)

Fruto do cada vez mais preponderante sentido de globalização, as alianças internacionais de que Portugal faz parte constituem-se como um garante da Segurança Nacional. No âmbito das participações portuguesas em ações inseridas nas organizações internacionais a que pertence, reveste-se de importância vital a interoperabilidade dos diversos intervenientes independentemente da sua nacionalidade. Essa interoperabilidade é transversal a todos os domínios, incluindo o da comunicação. As competências linguísticas desempenham um papel fundamental na interligação com forças aliadas.

A capacidade de comunicar contribui para a inclusão em fóruns e organizações internacionais e permite a participação em processos de tomada de decisão que asseguram a relevância dos militares portugueses internacionalmente, garantindo, por inerência, a relevância nacional.

A importância do tema deste trabalho justifica-se em três áreas essenciais: (i) a parca literatura conceptual militar existente relativamente à temática do ensino de línguas estrangeiras nas Forças Armadas (FA); (ii) as diferenças de conceito e formação nos diferentes ramos das FA; (iii) a reflexão sobre uma temática de valorização de recursos humanos que contribui para a valorização nacional.

Assim, o tema “O ensino de línguas estrangeiras nas Forças Armadas”, proposto para TII do Curso de Estado-Maior Conjunto 2014-2015, apresenta-se com a maior utilidade e importância para a organização militar. O tema proposto e a investigação que se



desenvolveu, podem não só beneficiar o autor pelo conhecimento adquirido, como também contribuir para as entidades que estudam a problemática da formação, do aperfeiçoamento e da testagem linguística no seio das FA.

A pesquisa bibliográfica executada sugere que não existe um conceito nacional militar de ensino, relativo ao ensino de línguas estrangeiras, mas sim conceitos de ensino individualizados nos diferentes ramos das FA. Numa análise mais abrangente, verifica-se também a existência de diferentes conceitos internacionalmente.

Embora se verifiquem diferentes conceptualizações no ensino de línguas nos diversos ramos das FA, e países da Aliança, um elemento permanece comum: a base para o ensino, formação e testagem dos militares dos diversos ramos assenta num acordo de normalização, ratificado pelos estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), designado por STANAG 6001 (*NATO Standardization Agreement 6001*), que tem sofrido alterações e que se encontra já na sua quinta edição. A sua mais recente edição aborda os níveis de proficiência linguística e foi promulgado em 11 de dezembro de 2014 pelo diretor da Agência de Normalização da OTAN, sob a autoridade que lhe está investida pela *NATO Standardization Organisation Charter*. O STANAG 6001 tem como objetivo fornecer às nações da OTAN uma tabela descritiva dos níveis de proficiência linguística, definindo essa proficiência como a capacidade geral de comunicação linguística de um indivíduo (NATO Standardization Agency, 2010, p. 1).

Pela sua natureza, o acordo determina que as nações participantes acordem na adoção de uma tabela definida de níveis de proficiência linguística, garantindo assim os requisitos de comunicação necessários em compromissos internacionais, o registo e a comunicação internacionais de medidas de proficiência linguística implementadas e a comparação dos níveis nacionais, com base na tabela determinada, com os níveis alcançados pelas restantes nações signatárias, preservando o direito das próprias nações de manter o seu próprio nível de proficiência interno (NATO Standardization Agency, 2010).

O STANAG 6001, 5ª edição define detalhadamente os níveis de proficiência linguística, apresentando-os em quatro diferentes competências linguísticas: competências associadas à oralidade, divididas em compreensão da língua falada e capacidade de expressão oral, e competências associadas à compreensão da língua escrita e à capacidade de expressão escrita da língua. Estas competências são comumente designadas por ouvir, falar, ler e escrever, encontram-se exaustivamente definidas no STANAG 6001 e são



subdivididas em seis níveis de classificação, numerados de zero a cinco, correspondendo o nível zero a sem conhecimento, o nível um a elementar, o nível dois a funcional/razoável, o nível três a profissional, o nível quatro a especialista e, por fim, o nível cinco que define indivíduos considerados falantes nativos. Está ainda definida a possibilidade de se adicionar uma classificação positiva a cada nível, através da inclusão de um sinal de adição, sempre que seja considerado que o nível de proficiência é claramente superior à base de classificação, mas insuficiente para ser incluído no nível superior. Consequentemente, o nível de proficiência linguística de um indivíduo é determinado e apresentado segundo uma sequência de quatro dígitos com um indicador positivo (+), caso se aplique, que representam as quatro diferentes áreas de competência listadas da seguinte forma: compreensão oral, expressão oral, leitura e escrita. Esta classificação é precedida da sigla NPL (Nível de Proficiência Linguístico), em inglês SLP (*Standardised Language Profile*) (NATO Standardization Agency, 2010, p. 2).

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos, iniciado pela introdução e finalizado pelas conclusões.

Na introdução procedeu-se à apresentação do tema, à sua caracterização e à avaliação da sua importância, desenvolveu-se o enquadramento conceptual do tema onde são apresentados e definidos conceitos que permitem interpretar a informação transmitida. É explicada a metodologia de investigação utilizada no decorrer dos trabalhos e a revisão da literatura que levou à recolha da informação disponível. Apresenta-se o modelo utilizado na análise de dados recolhidos e cuja utilização permitiu apurar as conclusões do processo de investigação.

O primeiro capítulo identifica e descreve as diferentes estruturas de formação e testagem da competência linguística das FA portuguesas, caracterizando-as e identificando os modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística por elas utilizados.

O segundo capítulo descreve e caracteriza o *Bureau for International Language Coordination*¹ (BILC), bem como os normativos e mecanismos por este utilizados no sentido de regular os processos nacionais acima referidos, tendo como finalidade estabelecer objetivos capazes de suprir as necessidades linguísticas da Aliança.

¹ Corpo de aconselhamento da OTAN e da organização PFP para assuntos de formação e testagem linguística.



O terceiro capítulo apresenta a análise e a síntese dos dados recolhidos, conduzindo à identificação dos elementos dos modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem passíveis de integrar um modelo global para fazer face às necessidades nacionais na participação em atividades internacionais no âmbito da OTAN.

Por último, são apresentadas as conclusões finais, que incluem uma síntese de todo o estudo, a apresentação das respostas às perguntas elencadas, cumprindo os objetivos geral e específicos propostos, e a proposta de recomendações para eventuais estudos futuros sobre a temática abordada.

O trabalho de investigação individual que aqui se apresenta enquadra-se na área da formação, nomeadamente no ensino de línguas estrangeiras no seio das FA. Submete-se aos normativos reguladores nacionais e aos emanados pelo BILC que tem como objetivo apoiar os países signatários do Tratado do Atlântico Norte. O BILC promove a interoperabilidade dos países da OTAN e *Partners for Peace* (PfP) contribuindo para a normalização dos métodos de aperfeiçoamento e testagem da capacidade linguística, bem como para a harmonização das políticas linguísticas dos diversos países (BILC, 2014).

Os normativos impostos pelo BILC² estabelecem requisitos mínimos de conhecimento para o desempenho de cargos, missões e exercícios no âmbito da Aliança, que se encontram inscritos nos *job descriptions*³ de cada cargo, desempenhando um papel determinante no processo de seleção dos quadros a nomear pelas FA. Aplicam-se a militares indigitados para cargos no estrangeiro, em aprontamento para Forças Nacionais Destacadas (FND), indigitados para cursos no estrangeiro, no desempenho de cargos em países que exijam o conhecimento de língua estrangeira, que se encontrem a concurso para cargos no estrangeiro ou que, simplesmente, requeiram formação para melhoria do seu Nível de Proficiência Linguística (NPL)⁴ (CID, 2014).

Formalmente, as determinações do BILC encontram-se discriminadas sob a forma de *Targets*, objetivos a atingir pelas nações, no desempenho de determinados cargos. No caso

² Atualmente encontram-se em revisão, por parte do BILC, os requisitos linguísticos que integram os *job descriptions* de cargos e funções no seio da Aliança.

³ *Job descriptions* são requisitos escritos que descrevem e definem as funções, as responsabilidades, os contributos e os resultados esperados de um determinado cargo ou função e as qualificações necessárias para o seu desempenho. São baseados em informação objetiva, obtida através da análise da função, bem como através do reconhecimento das competências necessárias para o desempenho de determinadas tarefas e da necessidade de produção da organização em que o cargo ou função se inserem.

⁴ *Standardized Language Profile (SLP)*.



nacional impõe-se o cumprimento do *Target Number E 1101 English Language Proficiency* do *NATO Capability Targets 2013*, que pretende garantir que todos os militares afetos à estrutura de comando da OTAN e outros militares normalmente envolvidos em assuntos da OTAN, estando ou não destacados em operações, sejam capazes de comunicar eficientemente na língua inglesa. De acordo com o estipulado, requer-se que os oficiais e sargentos, com cargos na estrutura de comando da OTAN e, normalmente, envolvidos com assuntos da Aliança, mantenham um NPL de: 3 3 3 3 e 2+ 2+ 2+ 2+, respetivamente. Para os militares passíveis de serem destacados para operações, exercícios ou treinos da OTAN, está definido que todos os oficiais em posições de comando ou principais funções de estado-maior deverão atingir os NPL 2+ 2+ 2+ 2+, sendo que todos os outros oficiais deverão cumprir com o NPL 2 2 2 2. Todos os sargentos ou contratados que previsivelmente tenham contacto frequente com pessoal militar ou civil de outras nações, no âmbito de atividades relacionadas com a OTAN, deverão cumprir com o NPL 2 2 2 2. Finalmente, todos os militares integrados na estrutura da OTAN não incluídos nas categorias anteriores e independentemente do posto, que desempenhem serviços, relacionados com comunicações táticas ou que sejam membros de elementos de controlo aéreo tático, deverão cumprir o NPL 2 2 1 1 (NAC, 2013, pp. Anx 2 26-27).

O *Target Number E 1101* prevê ainda a testagem nacional da proficiência linguística de acordo com o STANAG 6001, respeitando a metodologia de teste recomendada pelo BILC e sugere a integração do treino da língua inglesa nos currículos de formação dos oficiais e sargentos das FA, bem como a criação de programas de desenvolvimento linguístico ao longo das respetivas carreiras (NAC, 2013, pp. Anx 2 26-27).

Os diversos ramos das FA nacionais implementam diferentes conceitos de ensino de línguas estrangeiras, pelo que o presente estudo, por via das conclusões e propostas a que chegou, pode contribuir para a normalização do ensino, garantindo uma melhor valorização cultural dos militares portugueses e do conseqüente prestígio nacional.

Esta necessidade enquadra-se na participação de militares portugueses em missões nacionais ou internacionais, de cariz multinacional, bem como no exercício de cargos no estrangeiro.

A base conceptual deste trabalho assenta nos normativos reguladores, nacionais e específicos dos ramos das FA, relativos ao ensino de línguas estrangeiras, bem como nos normativos impostos pelo BILC. No entanto, e sendo o núcleo deste trabalho o ensino de



línguas estrangeiras, torna-se necessário identificar desde logo conceitos relativos a esta temática. Da revisão da literatura efetuada não resultou um conceito explícito, mas um conjunto de conceitos que passamos a explicar.

Desde logo encontramos a necessidade de definir o conceito de proficiência linguística que, segundo o exposto no STANAG 6001, 5ª edição, define a capacidade individual, não ensaiada, de comunicação verbal. O STANAG define como proficiência linguística a compreensão da língua falada (ouvir), a expressão da língua falada (falar), a compreensão da língua escrita (ler) e a expressão da língua escrita (escrever).

O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), ao referir proficiência linguística, não se refere às mesmas competências designadas pela OTAN, mas sim às componentes lexical, gramatical, semântica, fonológica, ortográfica e ortoépia (Conselho da Europa, 2001, p. 157). Estas competências não foram objeto de estudo deste trabalho referindo-nos apenas às apresentadas no STANAG 6001.

Associados ao conceito de proficiência linguística, surgem conceitos como a competência comunicativa e a competência cultural. A primeira traduz a capacidade de compreensão e produção de mensagens numa determinada língua, passando pelo uso adequado da gramática e do vocabulário, conjugadas com comportamentos e normas sociais e estratégias de comunicação culturalmente apropriadas, tendo como objetivo compreender, comunicar e pensar em moldes semelhantes àqueles verificados aquando do uso da língua materna (National Capital Language Resource Center, 2014, p. 3).

A competência cultural é um subconjunto de conhecimentos e capacidades necessários para a competência comunicativa. Inclui a compreensão das diferenças culturais entre a própria cultura e as restantes, destacando-se a necessidade de familiaridade com as diferentes perspetivas, práticas e produtos de outras culturas (National Capital Language Resource Center, 2014, p. 3).

A partir deste grupo de conceitos, que se inserem nas dimensões da comunicação e da cultura, conseguem-se adquirir os conhecimentos e as competências necessárias para interagir com pessoas de outras culturas, originando confiança no processo comunicacional, o que garante as condições para desempenhos positivos em ambientes multinacionais que dependem cada vez mais deste fator.

O objeto de estudo deste trabalho é o ensino de línguas estrangeiras nas FA nacionais, nomeadamente as línguas da OTAN, com especial ênfase na língua inglesa, conforme



estipulado nos documentos normativos da OTAN, emanados pelo BILC.

A investigação foi delimitada à análise e ao estudo dos modelos utilizados pelos diversos centros, laboratórios e escolas de línguas envolvidos na formação, aperfeiçoamento e testagem dos militares das FA. Pretendeu-se analisar as estruturas de formação e testagem de competências linguísticas do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), da Marinha (MAR), do Exército (EXE) e da Força Aérea Portuguesa (FAP).

O objetivo geral desta investigação é identificar sinergias nos diferentes Centros de Línguas (CL) das FA nacionais por forma a contribuir para a normalização dos modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística dos militares, no desempenho de missões em ambiente multinacional, pelo que, e nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos (OE):

- OE 1** Analisar os modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística empregues nas estruturas de formação e testagem da competência linguística das FA.
- OE 2** Analisar os normativos reguladores de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística do BILC.
- OE 3** Identificar elementos, nos diferentes modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística, passíveis de integrar um modelo global, que permita fazer face ao nível linguístico exigido internacionalmente para o desempenho de cargos e missões internacionais.

O percurso metodológico adotado para a condução da investigação teve como referencial uma pergunta de partida (PP) e três perguntas derivadas (PD). A sustentação metodológica da investigação apresenta-se de seguida.

PP – Em que medida é possível normalizar os modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem utilizados nas estruturas de formação e testagem da competência linguística das FA por forma a rentabilizar a proficiência linguística dos militares portugueses no desempenho de cargos e missões internacionais integrados?

PD1 Como se desenvolve o processo de formação, aperfeiçoamento e testagem de línguas estrangeiras nas estruturas de formação e testagem da competência linguística das FA portuguesas?

PD2 Quais são as regras impostas pelo BILC na formação, aperfeiçoamento e testagem



linguística?

PD3 Quais os elementos, nos diferentes modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística, passíveis de integrar um modelo global, que permita fazer face ao nível linguístico exigido internacionalmente para o desempenho de cargos e missões internacionais?

A metodologia de investigação adotada na elaboração deste trabalho assentou numa estratégia de investigação qualitativa. Assim sendo, através da recolha de dados obtidos nas várias fontes, nomeadamente pela análise documental e condução e interpretação de entrevistas efetuadas a entidades relevantes e interventivas no processo da formação, aperfeiçoamento e testagem linguística no seio das FA portuguesas, procurou-se determinar se os diversos modelos implementados pelos diferentes ramos das FA contribuem para fazer face aos requisitos linguísticos exigidos internacionalmente no âmbito da Aliança, e identificar elementos nos diferentes modelos, passíveis de integrar um modelo global. Esta estratégia baseou-se essencialmente num tipo de raciocínio dedutivo.

O método de pesquisa (ou desenho da pesquisa) utilizado seguiu três fases e cinco etapas. Estas fases e etapas tiveram início com uma fase de heurística, - parte preliminar que trata da pesquisa da bibliografia, das fontes documentais e da condução de entrevistas exploratórias a elementos relevantes e interventivos no processo de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística nas FA-, a que se seguiu uma fase de análise de dados e, finalmente, uma fase de síntese.

Em termos de percurso metodológico, a investigação seguiu os seguintes passos: a primeira fase correspondeu à fase exploratória e compreendeu as duas primeiras etapas, sendo que na primeira etapa foi definido o problema em questão, identificado o objeto de estudo e revisto o estado da arte. Esta etapa culminou com a elaboração da pergunta de partida que serviu de fio condutor a toda a investigação e com o estabelecimento de um modelo de análise. Baseou-se na consulta de documentação, normativos legais, livros e documentos das FA portuguesas, bem como de organizações internacionais da OTAN com responsabilidades reguladoras nesta temática. Foram identificadas e caracterizadas as estruturas de formação e testagem da competência linguística das FA, bem como os normativos que as regulam, e descritos os modelos que cada uma implementa. Na segunda etapa, procedeu-se à heurística, que teve por base a condução de entrevistas exploratórias a elementos relevantes no âmbito do ensino de línguas nas FA e à consulta da documentação



normativa nacional e internacional pela qual se regem as FA nacionais.

A primeira fase destinou-se à recolha dos dados necessários à elaboração do trabalho, com o propósito principal de possibilitar a identificação dos diferentes modelos utilizados e permitir o direcionamento da análise da informação recolhida.

A segunda fase correspondeu à fase de análise dos dados disponíveis e compreendeu a terceira e quarta etapas, onde se efetuou a análise e a síntese dos dados recolhidos, terminando com a apresentação das respostas às questões levantadas e à identificação de possíveis elementos, nos diferentes modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem linguística, passíveis de integrar um modelo global, que permita fazer face ao nível linguístico exigido internacionalmente para o desempenho de cargos e missões internacionais.

A terceira, e última, fase correspondeu à fase conclusiva e compreendeu a quinta etapa, onde se procedeu à redação do texto do trabalho.

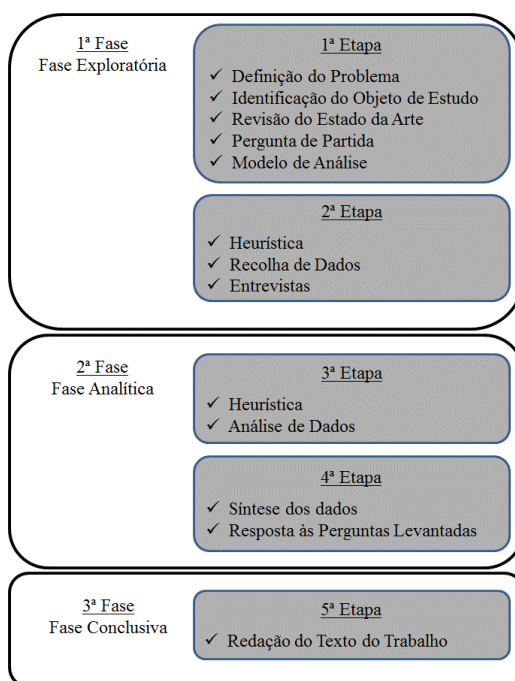


Figura 1 – Metodologia de Investigação

Fonte: (Autor, 2014)

A metodologia de investigação baseou-se na consulta de documentação, normativos legais, livros e documentos das FA portuguesas, bem como de outros países da OTAN, entre outros.

Na primeira fase da metodologia de investigação, a fase exploratória, foram



identificados e caracterizados os CL das FA, bem como os normativos que os regulam, e descritos os modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem por eles implementados. Analisámos de igual forma o BILC, os seus conceitos de formação, aperfeiçoamento e testagem de competências linguísticas, por forma a verificar se são ou não satisfeitos pelas estruturas formativas e de testagem das FA portuguesas.

Na fase analítica, segunda fase, foram analisados e sintetizados todos os dados recolhidos, identificados os elementos dos diversos modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem utilizados pelos diversos CL, e passíveis de integrar um modelo global e apresentadas as respostas obtidas, face às perguntas levantadas.

Na terceira fase, a fase conclusiva, foi redigido o presente trabalho, onde são apresentadas as conclusões a que este conduziu e as recomendações tidas como convenientes e relevantes.

No decorrer da investigação e da elaboração do trabalho, foi seguido o seguinte modelo concetual de investigação.

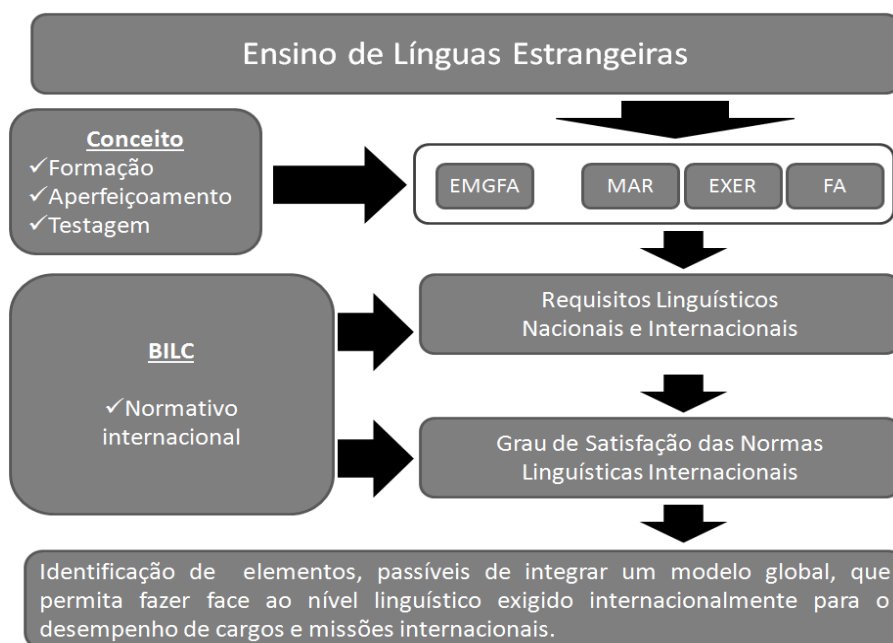


Figura 2 – Modelo concetual de investigação

Fonte: (Autor, 2014)

Durante as conclusões, foram analisados os modelos utilizados nas diversas estruturas formativas face aos normativos internacionais estabelecidos pelo BILC e os resultados obtidos a nível nacional. Para caracterizar as estruturas formativas das FA, bem como os normativos que as regulam, aplicámos um modelo de investigação baseado em conceitos,



dimensões e indicadores, de acordo com o previsto e definido no Manual de Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação do IESM, tal como se apresenta na Tabela 1 – Modelo de análise. (IESM, 2014, p. 87)

Tabela 1 – Modelo de análise

Fonte: (Autor, 2014)

Dimensões	Conceitos	Indicadores	Forma de Validação
Ensino de Línguas	Formação	Método Pedagógico	Análise Documental
		Ações de Formação	Entrevistas
	Aperfeiçoamento	Método Pedagógico	Análise Documental
		Resultados em EaD (e-learning/b-learning)	Análise de Regulamentos Internos
			Análise dos Programas Escolares
	Entrevistas		
Testagem	Testes aplicados	Análise Documental	
	Resultados obtidos face à norma internacional	Análise de Resultados e a sua Evolução	
		Entrevistas	

O procedimento metodológico utilizado procurou dar resposta às perguntas derivadas e, no final, responder à pergunta de partida, por forma a atingir o objetivo da investigação. Para consubstanciar este procedimento, o trabalho foi estruturado em partes distintas, como apresentado na figura constante do apêndice A - Estrutura do Trabalho de Investigação Individual.



1. Caracterização das estruturas de formação e testagem linguística das Forças Armadas portuguesas

a. Laboratório de Línguas do EMGFA

As responsabilidades e competências do Laboratório de Línguas (LL) do EMGFA encontram-se ainda definidas pela Diretiva nº 4/85, emitida pelo CEMGFA, em 01 de junho de 1985. Desde a carta de promulgação nacional de 25 de junho de 1976 do CEMGFA que o STANAG 6001 se constitui como a ferramenta que estabelece os níveis de proficiência linguística dos militares das FA portuguesas. A Diretiva nº 4/85 veio atribuir a responsabilidade de avaliação e testagem do nível de conhecimento das línguas inglesa e francesa, dos militares indigitados ou a concurso, a cursos ou cargos internacionais ou nacionais inseridos em estruturas da OTAN, ao LL do EMGFA. Definia, à data, e não tendo ainda sido atualizada ou substituída por nenhum outro normativo, a natureza dos testes, a sua finalidade e modelo, bem como a obrigatoriedade de estes se submeterem às considerações e aprovação do BILC (CEMGFA, 1985, pp. 1-2)

De acordo com o relatado pela Exma. Diretora do LL do EMGFA, professora Maria Manuela Melo (Melo, 2015), o processo de testagem dos militares das FA portuguesas iniciado em 1985, teve o apoio das FA canadianas. Esse apoio surgiu sob a forma de testes modelo e também sob a forma de ações de formação. Com base nesse apoio, o Laboratório foi elaborando e validando os seus próprios testes de acordo com as normas reguladoras dos processos de testagem à altura em vigor.

Após a adesão nacional ao BILC, em 1978 passou-se a integrar as recomendações desse organismo por forma a cumprir os requisitos por ele estabelecidos. Os testes iniciais foram elaborados pela própria Diretora do Laboratório, que, ao longo dos anos, lhes tem vindo a introduzir alterações de acordo com aquilo que são as recomendações e determinações do BILC. Tendo apenas como responsabilidade e competência, a testagem da proficiência linguística dos militares das FA, o LL do EMGFA estabelece a ponte entre os diversos ramos para que estes possam alinhar os seus processos de formação, avaliação e validação. A professora Maria Melo reconhece ainda a importância e a necessidade de se estabelecer uma ligação estreita entre o EMGFA, na figura do seu LL, e as estruturas de formação e testagem da competência linguística dos ramos das FA no sentido de se manter o fluxo de informação originada no BILC, via representante nacional (Melo, 2015).



b. Centro de Línguas do Exército

Devido à cada vez maior diversidade de missões internacionais, enquadradas no cumprimento das obrigações nacionais no seio das organizações a que pertence, e entendendo a proficiência linguística dos seus militares como um fator determinante no seu cumprimento, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) determinou a reestruturação do Centro de Línguas do Exército (CLE).

Reconhecendo a importância crescente dos conhecimentos linguísticos, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos da língua inglesa, por parte dos militares do EXE, considerou que havia necessidade de implementar um sistema de formação e aprendizagem com objetivos claros e específicos, de acordo com o determinado pelas instituições certificadoras e avaliadoras dessas competências em termos internacionais, nomeadamente o BILC. O facto de o BILC se constituir como a entidade, no seio da Aliança, responsável pela imposição de requisitos mínimos a incluir nos *job descriptions* de cada cargo internacional, leva a que o alinhamento dos objetivos de formação e validação de competências adotados pelo EXE, esteja de acordo com o recomendado por este organismo, garantindo, em última instância, um mais credível e eficaz processo de seleção de quadros para ocupação desses cargos.

Face a este reconhecimento, e de acordo com o expresso no despacho do CEME nº11, datado de 8 de janeiro de 2014, foi determinado que, no âmbito da formação da língua inglesa na Academia Militar e na Escola de Sargentos do Exército, respetivamente aos cursos de formação inicial de oficiais e sargentos do Quadro Permanente, bem como aos cursos de progressão na carreira de sargentos, os conteúdos programáticos fossem desenhados de acordo com as recomendações do BILC e que a avaliação dos corpos discentes se desenrolasse de acordo com o sistema de avaliação em vigor, tendo como objetivo desejável o reconhecimento do NPL 3 3 3 3 e 2 2 2 2 para o caso dos oficiais e sargentos, respetivamente (CEME, 2014).

Na área do treino ou melhoramento da língua estrangeira pretende-se assentar o sistema de formação no sistema de *e-learning*⁵, nas vertentes não-presencial, presencial com prática *online* e numa vertente mista, tendo sido atribuída a responsabilidade da sua execução ao Comando de Instrução e Doutrina do Exército (CID).

⁵ O conceito de *e-learning* diz respeito a um processo de ensino/aprendizagem formal, especialmente desenhado para ser desenvolvido à distância através do uso de meios de comunicação eletrónicos.



No que à validação de competências diz respeito, foi atribuída ao CID, através do CLE, a validação da proficiência linguística dos militares do EXE indigitados para desempenho de funções em cargos nacionais ou internacionais, no âmbito da Aliança, que requeiram determinado NPL. Para tal, o EXE conta com os Testes de Avaliação do Perfil Linguístico (TAPL), com cariz confidencial e elaborados de acordo com as diretrizes do BILC (CEME, 2014).

Em cumprimento do despacho nº 11 do CEME de 8 de janeiro de 2014, o comandante da Instrução e Doutrina, tenente-general Frederico José Rovisco Duarte emitiu a diretiva nº 4 do CID de 24 de fevereiro de 2014 (CID, 2014) que define os objetivos e funcionamento do CLE no âmbito da formação e avaliação das línguas estrangeiras no EXE.

A diretiva confere ao CLE a competência para avaliar as capacidades linguísticas dos militares do EXE e atribui-lhe o papel de principal instrumento para a formação, treino ou aperfeiçoamento e certificação linguística dos militares do EXE que se encontrem indigitados para cargos no estrangeiro, no âmbito da OTAN e de outras organizações internacionais a que Portugal pertença, que se encontrem em aprontamento para FND, que tenham sido indigitados para frequentar cursos no estrangeiro ou que desempenhem cargos em países que exijam o conhecimento de língua estrangeira, que se encontrem a concurso para cargos no estrangeiro ou que, pura e simplesmente, requeiram formação para melhoria do seu NPL. Segundo o expresso na diretiva, esta atribuição passa pelo, desenvolvimento de processos de formação alinhados com o prescrito pelo BILC, quer em termos de formação, quer de aperfeiçoamento e validação. Cabe ao CLE operacionalizar as valências relativas à formação, treino e validação da proficiência linguística aos militares do EXE com recurso preferencial ao ensino à distância (EaD) como processo privilegiado no desenvolvimento destas atividades (CID, 2014).

No âmbito deste processo e dentro da atual conjuntura, onde se verificam dificuldades em alocar recursos, quer financeiros, quer humanos e materiais, pretende-se criar uma tipologia de cursos diferenciados, capazes de fazer face, não só às necessidades de proficiência linguística individuais, mas também às do EXE como um todo.



O primeiro tipo de curso prevê a formação na modalidade de *b-learning*⁶ na qual os formandos frequentam uma aula semanal no CLE e realizam as restantes atividades em plataformas informáticas, *on line*. O segundo prevê a formação em língua inglesa na modalidade tutorial (*e-learning*), na qual os formandos desenvolvem o seu processo formativo via internet, meio onde executam todas as tarefas formativas, à exceção da avaliação final que é presencial. É ainda criada a figura do tutor que acompanha a evolução do formando, aconselhando-o e/ou garantindo-lhe o apoio formativo necessário. Finalmente, o terceiro tipo de curso implementa uma modalidade de formação que pretende satisfazer necessidades específicas da formação em língua inglesa para o desempenho de cargos, missões ou cursos no estrangeiro (CID, 2014).

Esta terceira modalidade, de finalidade específica, contempla a criação de módulos adequados ao desempenho específico de determinadas funções. Prevê um módulo de 90 horas totalmente presencial, vocacionado para o desenvolvimento de competências linguísticas no âmbito do desempenho de cargos de estado-maior, assessoria e direção em embaixadas e da frequência de cursos; um segundo módulo com a mesma carga horária e tipologia de formação, orientado para as competências necessárias no que diz respeito ao comando de unidades operacionais; e um terceiro módulo, também em modalidade presencial, mas com uma carga horária de 30 horas, vocacionado para a uniformização da terminologia militar empregue em documentos oficiais em inglês, destinado a militares com responsabilidades de tradução (CID, 2014).

c. Gabinete de Língua Inglesa da Escola de Tecnologias Navais

O Gabinete de Língua Inglesa da Escola de Tecnologias Navais (ETNA), funcionalmente dependente do departamento de formação geral da ETNA, é responsável por ministrar formação em língua inglesa a praças e sargentos da MAR.

O reconhecimento da necessidade da obtenção de NPL que satisfizessem os níveis exigidos em cargos ou funções passíveis de serem ocupados por militares da MAR, integrados na estrutura da Aliança, levou o CEMA a emitir o Despacho nº 12/96, a 14 de fevereiro. Este despacho determinava a reformulação, à data, dos critérios de formação em

⁶ O conceito *b-learning*, também referido como processo híbrido ou misto, refere-se ao processo de ensino/aprendizagem que envolve tanto os métodos de ensino e aprendizagem tradicionais, presenciais, como os desenvolvidos *on line* ou com recurso a meios tecnológicos.



língua inglesa ministrada na MAR. Implementou o projeto – Formação em Língua Inglesa na Marinha, (FOLIM) – destinado a satisfazer as necessidades de formação linguística na MAR e a avaliar a proficiência linguística em língua inglesa de acordo com o consagrado pelo STANAG 6001 (EMA, 1996, pp. Anx A - 1).

O projeto FOLIM funciona, desde então, no Departamento de Formação de Língua Inglesa da ETNA, tendo como competência primária ministrar cursos gerais de língua inglesa, cursos de inglês técnico e programas individualizados de autoformação. Possuía ainda a competência para ministrar, na sua capacidade sobranete, as componentes de formação em língua inglesa integradas nos cursos de formação inicial dos militares das categorias de praças e sargentos (EMA, 1996, pp. Apd 1 - Apd 3).

Atualmente, e fruto da alteração dos planos de curso de formação de sargentos da MAR, prevista no despacho do CEMA nº 44/12, de 10 de setembro, tem à sua responsabilidade a formação de base dos cursos de formação de sargentos, ministrada em duas vertentes de inglês: inglês geral e inglês técnico. A formação ministrada é de cariz intensivo e tem por base a metodologia, materiais e formação de formadores do Defense Language Institute – English Language Center (DLIELC), dos Estados Unidos da América (Magalhães, 2014).

Além da formação ministrada nos cursos de formação inicial, são também ministrados módulos de aperfeiçoamento inseridos na formação contínua dos militares, de cariz técnico, nas áreas de *speaking* e *writing*, com a finalidade de aumentar a proficiência linguística dos militares que os frequentam, bem como ações de formação de terminologia militar naval. São também ministradas ações de formação específicas e desenvolvidas pelo próprio gabinete, em apoio às FND nos teatros de operações do Afeganistão e do Mali (Magalhães, 2014).

No que diz respeito à avaliação e validação de competências o GLI da ETNA faz uso das ferramentas de avaliação e testagem de competências previstas no sistema de ALCPT, complementados por testes de avaliação desenvolvidos pelo próprio gabinete.

O gabinete desenvolve, de igual forma, testes de validação de NPL, sem que, no entanto estes tenham cariz vinculativo mas sirvam apenas para triagem do nível de competência linguística dos militares da MAR a concurso a cargos ou missões internacionais integrados na estrutura da OTAN (Magalhães, 2014).



d. Escola de Línguas da Força Aérea Portuguesa

Por reconhecer a necessidade do conhecimento das línguas estrangeiras, nomeadamente da língua inglesa, por parte dos militares da FAP, na frequência de cursos e desempenho de cargos no estrangeiro, o Chefe do Estado Maior da Força Aérea (CEMFA) emitiu o despacho nº7, em 16 janeiro de 1978, que pretendia, à data, satisfazer a necessidade de sistematizar procedimentos e responsabilidades na determinação e aperfeiçoamento dos conhecimentos da língua inglesa dos militares do Quadro Permanente (QP) da FAP. Determinava este despacho que os Oficiais e Sargentos do QP deveriam ser submetidos a testes de avaliação de conhecimento da língua inglesa, sendo que, os militares cujo perfil linguístico, de acordo com o previsto no STANAG 6001, não atingisse o NPL 3 3 3 3, deveriam ser nomeados para a frequência de cursos de formação a realizar nos LL da FAP (CEMFA, 1978).

O despacho atribuía a responsabilidade de organizar e divulgar os programas anuais dos cursos a ministrar, bem como dos testes a efetuar para a avaliação dessa mesma proficiência, à Direção de Instrução (DInst). Determinava, de igual forma, o registo do perfil linguístico dos militares testados, quer no âmbito dos cursos a ministrar nos LL durante a carreira militar, quer dos resultados obtidos na fase de formação inicial individual.

Este despacho deu assim início às ações de formação em língua inglesa aos militares da FAP, por forma a dotá-los das competências linguísticas exigidas na participação em cursos e no desempenho de missões no âmbito da Aliança.

A emissão da Diretiva nº4, de 1 de junho de 1985, do EMGFA, veio definir que a testagem dos militares, não só da FAP mas das FA portuguesas, passaria a ser responsabilidade do LL do EMGFA e que essa testagem, efetuada de acordo com o previsto no STANAG 6001 e de acordo com o recomendado pelo BILC, seria efetuada pelo EMGFA, apoiado por professores qualificados nomeados pelos diversos ramos. A referida diretiva definia ainda a estrutura e o modelo dos testes a aplicar e estabelecia os militares indigitados para a frequência de cursos e/ou cargos no estrangeiro ou no âmbito da Aliança, como o grupo alvo de testagem (CEMGFA, 1985).

Com a emissão da Determinação nº1 de 10 de outubro de 2001, da DInst, assistimos à reformulação e atualização das normas relativas ao ensino da língua inglesa na FAP. Foi determinado que se realizassem na Escola de Línguas (ELI) do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), cursos de refrescamento de conhecimentos da língua



inglesa a militares indigitados para cargos e/ou cursos internacionais, cursos intensivos para obtenção de determinados níveis de proficiência, cursos de inglês técnico a determinadas especialidades, nomeadamente, Meteorologia, Pilotagem e Navegação, bem como testes de aferição de níveis linguísticos das línguas inglesa e francesa. Esta reformulação teve como objetivo orientar o ensino da língua inglesa para as funções que os militares da FAP poderiam vir a desempenhar, tanto no âmbito nacional como internacional, e estabelecer, para os militares do QP, a manutenção do NPL 3 3 3 3. No que à aferição de proficiência diz respeito, os testes foram criados com base no preconizado no STANAG 6001 e à semelhança dos elementos de testagem em uso no EMGFA (DInst, 2001).

Em termos de metodologia de ensino, foi adotado o *American Language Course* (ALC) e os conteúdos previstos na *Basic English Grammar, Fundamentals of English Grammar* e *Using and Understanding English Grammar*, respetivamente, para os níveis um, dois e três. Os cursos a ministrar poder-se-iam revestir de cariz intensivo ou não intensivo, sendo que o primeiro adotaria um regime de exclusividade enquanto o segundo permitiria a acumulação com o serviço normal.

Nesta nova reorganização, definiram-se diferentes tipologias de cursos a ministrar: cursos de obtenção de conhecimentos; cursos de manutenção de conhecimentos; cursos de refrescamento de conhecimentos e cursos de formação de monitores. Os primeiros, de natureza intensiva, teriam como objetivo a obtenção de um determinado nível de proficiência linguística e encontravam-se estruturados em três fases, de acordo com os NPL iniciais dos militares. O objetivo final seria a obtenção do nível 3 3 3 3 e as fases seriam sequenciais, de preferência com intervalos inferiores a seis meses.

A segunda tipologia, cursos de manutenção, adotaria uma natureza não intensiva e seria ministrada a militares com conhecimentos linguísticos prévios ou a militares a quem já tivesse sido ministrada algumas das fases do curso de obtenção de conhecimentos, decorrendo nas unidades operacionais da FAP com infraestruturas específicas para o efeito.

Os cursos de refrescamento destinar-se-iam a militares indigitados para cargos ou cursos internacionais cujo *job description* exigisse um nível 3 3 3 3 ou superior e seriam orientados para a especificidade da situação, tendo em conta o requisito previsto, o nível inicial do militar e a disponibilidade dos intervenientes na formação.



Por fim, os cursos de monitores seriam destinados a militares com nível inicial NPL 3 3 3, passíveis de serem nomeados monitores de língua inglesa nas unidades operacionais da FAP (DInst, 2001).

Decorrente da legislação apresentada, foi-se desenhando a forma como, atualmente e de acordo com os Diretores e Formadores da ELI, Capitão Ivo Cavaco e Alferes Tiago Rodrigues (Cavaco, 2014; Rodrigues, 2015), se desenrola a formação, treino/aperfeiçoamento e testagem de línguas estrangeiras, nomeadamente a língua inglesa, na ELI da FAP.

Segundo os militares responsáveis pela formação em línguas estrangeiras na ELI da FAP, a missão primária da Escola é conduzir cursos intensivos, dando consequência à intenção do General CEMFA de que todos os militares da FAP possuam o NPL 3 3 3. Para atingir esse objetivo, ministram-se atualmente, e dentro da disponibilidade da Escola, cursos intensivos para formar militares nesse nível. Por norma, os cursos decorrem anualmente e o número de cursos ministrados depende do número existente de formadores, podendo ser ministrados três cursos anuais a três níveis distintos, com cerca de 12 alunos por turma. Os níveis distinguem-se em *Beginner*⁷, *Intermediate*⁸ e *Advanced*⁹, tendo como objetivo atingir um determinado NPL: nível um no *Beginner*, nível dois no *Intermediate* e nível três no *Advanced*.

Numa outra vertente, são ministradas ações de formação de refrescamento, executadas de acordo com a necessidade e para fazer face à satisfação de requisitos linguísticos, previstos nos *job descriptions* de cargos da OTAN para os quais os militares da FAP poderão vir a ser indigitados. São ações que não são planeadas e resultam da nomeação de militares para cargos internacionais. Consequência da nomeação para desempenho de cargos internacionais no âmbito da Aliança, e segundo o que se encontra previsto na legislação nacional, as ações de testagem e validação de proficiência linguística dos militares nomeados é efetuada no LL do EMGFA.

Por forma a fazer face aos requisitos linguísticos impostos pelos *job descriptions*, associados aos cargos para os quais são nomeados, os militares da FAP coordenam com a ELI da FAP ações de formação específicas para atingir os níveis pretendidos. Estas

⁷ Principiante, (nossa tradução).

⁸ Intermédio, (nossa tradução).

⁹ Avançado, (nossa tradução).



formações não são fixas e dependem do nível de proficiência que o militar já tem, do nível que necessita atingir, do tempo disponível até ao início da missão e da disponibilidade da Escola.

Paralelamente, é ainda função da ELI fazer a aferição do NPL dos militares da FAP em inglês e francês, para que os mesmos sejam averbados na suas folhas de matrícula individual.

Embora não seja uma das missões primárias da Escola, é ministrado inglês técnico curricular, inserido na área da formação inicial, aos militares em formação nos cursos de formação de praças, sargentos e oficiais de determinadas especialidades, como sejam a de meteorologia, aeródromos, navegadores, controladores, comunicações, radaristas de deteção e condução de interseção.

No que diz respeito à formação inicial, todas as especialidades de praças da FAP têm inglês curricular. Esta está prevista no PDInst com uma duração de 60 horas. A algumas especialidades, é ainda ministrada formação em inglês técnico, nomeadamente aos Bombeiros de Aeródromo, a que acrescem 25 horas de formação de inglês técnico às 60 horas de formação de inglês base, curricular.

No caso dos Cursos de Formação de Sargentos e Cursos de Formação de Oficiais, só as especialidades que exijam a componente técnica é que recebem formação de inglês técnico porque, por via do concurso de admissão, os formandos já possuem as competências base adquiridas na formação inicial (Cavaco, 2014; Rodrigues, 2015).

Para o caso do curso intensivo de inglês, que constitui o principal objetivo da ELI, este é regulado pelo RDInst 144-1, Regulamento do Curso Intensivo de Inglês (DInst, 2013), e, em termos de conteúdos, pelo PDInst 144-2, Programa do Curso Intensivo de Inglês (DInst, 2007). Tem como objetivo a subida do nível de NPL e tem uma duração de 300 horas. Prevê três níveis: *Beginner*, *Intermediate* e *Advanced*, que pretendem a obtenção dos níveis um, dois e três, respetivamente, nos quatro parâmetros. O número de cursos ministrados, tanto no tempo como em termos de níveis, é variável e depende da disponibilidade de formadores ao serviço na Escola. A avaliação do curso é uma avaliação contínua, que conjuga mecanismos do *American Language Course Placement Test* (ALCPT) com uma avaliação qualitativa dada pelo professor e, no final, com uma testagem de NPL. Estes marcos de avaliação integram uma fórmula avaliativa que determina a nota final do aluno.



Uma segunda tipologia de formação ministrada na ELI são as ações de refrescamento. Esta necessidade surge aquando da nomeação de um militar para desempenhar funções num cargo internacional cujo *job description* exige um determinado nível de proficiência linguística que o militar não possui. No caso de o militar já possuir um nível de proficiência testado e atribuído que seja inferior ao requerido, ou no caso de não ter um nível reconhecido, é-lhe ministrado o refrescamento para que possa vir a ser testado no EMGFA com aproveitamento. Esta tipologia de formação é intensiva e é criada de acordo com o nível do militar, com o nível pretendido e com as disponibilidades, tanto da Escola como do militar. Não existe um programa pré-definido; a formação desenrola-se de acordo com as necessidades dos alunos.



2. Bureau for International Language Coordination

a. Missão e Objetivos

Em 2011, o Secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, lembrou a Comunidade Internacional (CI) da necessidade constante de se manterem níveis de prontidão face a influências desestabilizadoras. Durante a conferência da OTAN, ocorrida em maio de 2012 em Chicago, enfatizou a necessidade imediata de se adotarem procedimentos e iniciativas colaborativas e integradas como sejam a *Smart Defense*¹⁰ e a expansão de programas relativos ao treino e à formação por forma a complementarem os esforços nacionais dos países signatários: “We will expand education and training of our personnel, complementing in this way essential national efforts.” (Rasmussen, 2012). O esforço a que se referia o Secretário-geral passava também pela incrementação de ações e orientações aos estados signatários da Aliança nas áreas da formação e testagem linguística, contando a Aliança, para esta área específica, com o contributo do seu órgão por excelência responsável por esta temática, o BILC.

O BILC é um corpo consultivo da OTAN no que diz respeito a assuntos relativos ao treino e testagem de competências linguísticas. Desenvolve ações no sentido de fomentar o apoio profissional e cooperativo aos países signatários do Tratado do Atlântico Norte, nas áreas da proficiência linguística, do treino, formação e testagem das capacidades linguísticas. Pretende promover e garantir a interoperabilidade entre os países da OTAN e da PFP, através da normalização do treino e da testagem linguística e da harmonização internacional das políticas referentes à capacidade linguística (BILC, 2014).

A normalização do ensino, treino e testagem da língua estrangeira associada à normalização e definição de Perfis Linguísticos, na OTAN, constituem-se como elementos fundamentais na procura da interoperabilidade entre as forças das diferentes nações da Aliança.

No desempenho das suas competências, o BILC apoia a Aliança na troca de conhecimentos e boas práticas entre nações, de acordo com procedimentos e acordos previamente estabelecidos. Encerra na sua visão a pretensão de atingir níveis de excelência, onde os progressos obtidos por alguns possam ser partilhados pelos restantes membros da

¹⁰ Conceito cooperativo que encoraja os Estados Membros da OTAN a trabalhar em conjunto, de forma a desenvolver, adquirir, operar e manter capacidades militares que lhes permitam desempenhar as tarefas essenciais, acordadas no Conceito Estratégico da OTAN.



Aliança, e possui como responsabilidades: (i) disseminar a informação relativa a desenvolvimentos na área do treino das línguas a todas as nações signatárias e (ii) conduzir uma conferência e um seminário profissional anuais, onde as nações participantes revêm todo o trabalho executado na área cooperativa, bem como no estudo de tópicos específicos agendados anualmente (BILC, 2014).

Constitui-se, assim, como uma associação de representantes nacionais e de órgãos da OTAN que coordena as políticas relativas à temática das línguas, aos seus programas, aos seus *standards* e à sua avaliação, no seio dos países da Aliança. Desde a sua criação que tem desempenhado um papel ativo na partilha de procedimentos educativos e de treino linguístico entre os países da OTAN, bem como no aconselhamento da própria organização sobre a forma de normalizar processos linguísticos tendo em vista a melhoria da eficácia e eficiência das operações e das próprias estruturas da OTAN.

O BILC foi formado em 1966 e sediado, pela primeira vez, em Inglaterra no Instituto de Educação do Exército Britânico. A sua formação, como órgão internacional consultivo para os interesses comuns do treino linguístico, teve como objetivo dar resposta à necessidade de coordenar esforços internacionais nesta temática, identificada pelo *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE).

Entre 1978 e 2011, o BILC esteve associado ao *Joint Services Sub-Group* (JSSG) da OTAN. A reorganização do *NATO Training Group* (NTG), decorrida em 2011, transformou o BILC num órgão de aconselhamento, posicionado diretamente no *Joint Force Trainer* (JFT) do Quartel-General do *Aliance's Supreme Allied Commander Transformation* (SACT), em Norfolk, nos Estados Unidos da América (Monaghan, 2011).

O número de formadores linguísticos empregues pelas nações, face aos recursos financeiros empregues na defesa, associado às constantes alterações dos processos de ensino e de materiais de apoio ao ensino de línguas, bem como a própria evolução de conceitos que definem a natureza das línguas e a forma como são aprendidas, implicam o emprego de recursos humanos, financeiros e materiais que se tornam inoportunos para cada nação individualmente. A colaboração internacional veio amenizar este fator, incrementando o conhecimento e a experiência, reduzindo o número de esforços redundantes e duplicados, reduzindo, por consequência, os custos afetos à investigação e ao desenvolvimento.

Este órgão foi inicialmente formado por cinco nações, a França, a Alemanha, a Itália, o Reino Unido e os Estados Unidos da América, tendo vindo a ser aumentado



sucessivamente ao longo dos anos por diversos países e órgãos da Aliança. Portugal aderiu ao BILC em 1978 (Monaghan, 2011).

b. Mecanismos reguladores da proficiência linguística dos militares dos países da OTAN

É da responsabilidade e da competência nacional de cada país signatário da OTAN desenvolver os seus próprios programas de ensino/treino e testagem de línguas estrangeiras. No entanto, está prevista a possibilidade de apoio especializado, por parte do BILC, às nações signatárias, em matéria de ensino e testagem de línguas estrangeiras. Caso esse apoio seja solicitado, o BILC, através de programas de assistência, desloca equipas de pessoal especializado aos países para prestar esse apoio. Estas equipas aferem a qualidade dos programas de ensino implementados pelas nações, testam e validam os testes em vigor, verificam a documentação e a regulamentação instituída e apresentam relatórios à nação no sentido da melhoria da qualidade e conseqüente credibilidade dos programas implementados.

Como mecanismos reguladores, encontram-se definidos um conjunto de descritores dos níveis linguísticos, expressos no STANAG 6001, que definem a proficiência linguística. Naturalmente, e pela própria natureza dos descritores, estes podem ser interpretados de diferentes formas podendo levar a avaliações diferenciadas. Este facto leva, em algumas situações, a níveis de exigência e dificuldade diferenciados que resultam em avaliações díspares, de nação para nação.

Face a esta realidade, o BILC desenvolveu um teste de aferição, ou calibragem, designado *Benchmark Advisory Test* (BAT) que pretende ser aplicado a um conjunto de indivíduos já testados nacionalmente e cujos resultados ditarão a conformidade da testagem nacional com os *standards* estabelecidos pela Aliança. Caso os resultados obtidos não se encontrem de acordo com o pretendido, pela menor ou maior exigência, realiza-se uma avaliação estatística dos testes nacionais, pergunta a pergunta, e procede-se aos ajustes necessários.

Na qualidade de órgão consultivo, o BILC não tem competência para regular os mecanismos de ensino, formação/treino ou testagem das diversas nações, uma vez que estas, embora signatárias da OTAN, são soberanas. A OTAN define sim, os níveis de proficiência linguística necessários a cada cargo ou missão internacional na sua estrutura de comando,



previstos nos respetivos *job descriptions*, ou na constituição de *Deployable Forces*, que no caso nacional se encontram definidos pelo *Target E1101* do *NATO Capability Targets 2013 – Portugal* (NAC, 2013, pp. Anx 2 26-Anx 2 27).

Não obstante esta normalização e o estabelecimento de níveis específicos a atingir no desempenho das diversas funções e cargos, nem todas nações signatárias da Aliança têm conseguido atingir os objetivos estipulados. De acordo com o item 1050, constante do relatório de lições aprendidas do *Joint Analysis and Lessons Learned Centre (JALLC) - Falhas na interoperabilidade atribuídas à falta de competências na língua inglesa* – as falhas na interoperabilidade conducentes ao não cumprimento integral ou parcial de missões em ambiente multinacional, por via do deficiente conhecimento da língua inglesa, são significativas (JALLC, 2010).

O JALLC conduziu um estudo referente a esta temática no sentido de avaliar o impacto da comunicação deficiente em teatros multinacionais como os do Afeganistão e do Kosovo, nomeadamente nas missões da ISAF e da *NATO Kosovo Force (KFOR)*. Apurou-se que a principal razão para se verificarem problemas na interoperabilidade das forças empregues se baseava no facto de a língua inglesa se constituir como uma língua estrangeira para a maioria das nações envolvidas nestas missões. De uma forma global, e tendo em consideração os dois Teatros de Operações, existem mais de quatro dezenas de nações envolvidas, das quais apenas seis têm a língua inglesa como língua nacional oficial: a Austrália, o Canadá, a Grã-Bretanha, a Irlanda, a Nova-Zelândia e os Estados Unidos da América (JALLC, 2010, pp. Anx B - 1).

Embora o estudo e a análise resultante não se tenham centrado especificamente na tipologia de formação, treino e testagem nacionais, implementada pelas diversas nações, verificou-se uma disparidade significativa nos graus de conhecimento e competência dos militares em funções, ou no desempenho de cargos análogos. Foram identificados diferentes graus de empenhamento nacional no que diz respeito ao treino e formação linguística pré-projeção e também diferentes entendimentos no que diz respeito à eleição de grupos alvo desse mesmo treino e formação. Determinadas nações direcionam o treino e formação de forma abrangente e transversal às diferentes categorias enquanto outras focalizam-no na categoria de oficiais. Também como resultado do estudo, verificou-se que uma quantidade significativa de militares considera que os processos de testagem e certificação nacionais pecam pela falta de capacidade em garantir as competências linguísticas adequadas (JALLC,



2010, pp. Anx B 1-3).

Perante esta realidade, a OTAN encontra-se perante uma situação em que a única forma de garantir a qualidade das competências linguísticas dos militares que prestam serviço na sua estrutura é proceder à sua testagem, de forma centralizada e numa organização da OTAN devidamente mandatada e organizada para o efeito. Esta solução constitui-se, no entanto, como uma solução pouco realista, no sentido em que acarretaria um volume incomportável de encargos da mais diversa natureza, além do que poderia pôr em causa a idoneidade das nações.

De acordo com esta realidade e por forma a minimizar o impacto resultante da existência de pessoal militar ou civil em funções, nas estruturas da OTAN com deficientes competências linguísticas, foi criado o *SHAPE Language Testing Centre*. Este centro tem como função primária testar todos os militares que desempenhem funções na estrutura de *Peacetime Establishment* (PE) do *Allied Command Operations* (ACO) e que não tenham sido testados na sua estrutura de testagem nacional ou que não possuam um certificado nacional válido, de acordo com os requisitos expressos no *job description* respetivo de cada cargo ou função (SHAPE Language Testing Centre, s.d.). Nos casos em que não são atingidos os níveis de proficiência requeridos, é realizada uma nova testagem após um período de quatro meses (SHAPE, 2006).



3. Aplicação do Modelo de Análise

O modelo de análise por nós criado no âmbito do presente trabalho teve por base a análise de informação recolhida em entrevistas semiestruturadas de questões abertas¹¹ a elementos considerados relevantes nas estruturas de ensino, formação/treino e testagem dos ramos das FA nacionais e do EMGFA.

Dada a dimensão do tema considerado - o ensino de línguas estrangeiras nas FA - foram identificados diversos conceitos:

- a formação enquanto momento inicial de transmissão e aquisição de conhecimentos e competências, na carreira de um militar das FA nacionais;
- o treino/aperfeiçoamento, sob a forma de ações de formação levadas a cabo pelos militares, no decorrer da sua carreira, com o propósito de melhorar as suas competências e conhecimentos em determinadas áreas;
- a testagem enquanto processo de validação de competências.

Perante a realidade diferenciada das várias estruturas de ensino, formação/treino e testagem dos ramos das FA nacionais e do EMGFA, pretendeu-se, através do recurso à entrevista, consubstanciada com a legislação vigente reguladora de cada estrutura, caracterizar e identificar os pontos comuns às estruturas, com base em indicadores como a metodologia pedagógica e a tipologia de formação implementadas, a forma de testagem aplicada, e as ferramentas de testagem e a qualidade de resultados obtidos, tanto em termos internos como face à norma internacional da Aliança.

A definição do universo de entrevistados considerados no processo de investigação teve por base a competência, o desempenho de funções e o grau de relevância no sistema de formação, treino e testagem dos militares das FA nacionais. Foram considerados militares e civis que desempenham funções de direção ou chefia nos diversos gabinetes e LL dos diferentes ramos das FA, bem como do EMGFA, com responsabilidades formativas, de testagem e de criação de instrumentos de testagem. A tabela que se segue apresenta a lista de entrevistas realizadas, bem como a identificação dos entrevistados e a sua atual função, que serviram de base para a recolha de informação e dados que permitiram conduzir o processo de investigação.

¹¹ Ver Apêndice B.



Tabela 2 – Lista de entrevistas realizadas

Fonte: (Autor, 2015)

Lista de Entrevistados	Função	Nome
Entrevista 1	Diretora do LL do EMGFA	Prof Maria Manuela Melo
Entrevista 2	Diretora/formadora do CLE	Prof Ana Sernadas
Entrevista 3	Chefe do GLI - Departamento de Formação Geral – ETNA Representante nacional no BILC	1TEN Estela Magalhães
Entrevista 4	Diretor /formador da ELI da FAP	CAP Cavaco ALF Tiago Rodrigues

O processo de análise conduzido após a recolha de dados, do qual se vai proceder à apresentação, encontra-se estruturado de forma a ser possível analisar os conceitos de formação, treino/aperfeiçoamento e testagem de forma individualizada, conduzindo uma análise dos processos levados a cabo e das ferramentas utilizadas pelas diferentes estruturas com responsabilidades formativas e de testagem. Serão apresentadas tabelas individualizadas das questões relativas a cada conceito, por resposta de cada entrevistado, identificados e caracterizados os processos comuns e analisados os grupos alvo da formação e testagem de cada ramo.

Conforme o descrito no capítulo 1, seção a) do presente trabalho, e de acordo com a Diretiva nº 4/85, emitida pelo CEMGFA, em 1 de junho de 1985, cabe unicamente ao EMGFA, no corpo do seu LL, a responsabilidade de validação e testagem do nível de proficiência das línguas inglesa e francesa dos militares indigitados ou a concurso a cursos ou cargos internacionais ou nacionais, inseridos em estruturas da OTAN. Não possuindo o LL do EMGFA responsabilidades nem competências formativas, serão apenas analisados os seus contributos referentes à testagem da proficiência linguística dos militares das FA nacionais, não sendo estes diretamente relevantes para a análise dos conceitos de formação e treino/aperfeiçoamento.

a. Formação

Na abordagem à formação, e tendo em consideração a definição prévia do conceito, foram elaboradas três questões, para as quais se apresenta uma súmula das respostas, abordando os aspetos mais relevantes e uma análise dos processos comuns, associados ao universo alvo a que se destinam, nas diferentes estruturas formativas.



Questão 1: Qual a população alvo das ações de formação base conduzidas no Centro/Gabinete/Escola de Línguas do seu Ramo?

Tabela 3 – Tabela de Análise à Questão 1

Fonte: (Autor, 2015)

Questão 1

Entrevista 2	<p><i>Uma coisa é a missão do CLE outra é a área de ensino de línguas na ESE. Neste momento o CLE está a ministrar cursos em e-learning aos militares do EXE que assim o solicitaram. O EXE só dá formação de inglês (não no CLE), como parte do plano curricular, aos Sargentos QP desde a formação inicial aos cursos de promoção (cursos na ESE). E na Academia Militar aos Oficiais QP, que ao contrário dos sargentos só têm inglês na formação inicial.</i></p> <p><i>A formação de inglês na ESE é ministrada de acordo com o STANAG 6001, e utilizamos os manuais Campaign 2 no CFS (100 horas) e o Campaign 1 nos cursos de Promoção a Sargento- Ajudante (30 horas) e a Sargento-Chefe (50 horas).</i></p>
Entrevista 3	<p><i>Neste momento, e em termos de formação de Inglês geral, só as praças das classes de operações e comunicações recebem formação. Esta formação insere-se na formação de especialidade de base dos militares, está integrada nos respetivos planos de formação e comporta 90 horas de formação. (...) no Curso de Formação de Sargentos, a formação é transversal a todas as classes, comporta módulos de Inglês geral com 210 horas de formação e um módulo de 35 horas de Inglês técnico, específico para cada classe. Estes cursos encontram-se inscritos na formação base inicial dos militares, nos planos curriculares de cada classe</i></p>
Entrevista 4	<p><i>Ministramos (...) Inglês técnico inserido na área de formação inicial, na área curricular. Não se aplica aos militares da FAP colocados, mas sim à formação nos cursos de formação de praças, sargentos e oficiais. Alguns destes cursos, quando se encontram cá em formação, têm previsto no seu programa curricular módulos de Inglês técnico, nomeadamente os de meteorologia, de aeródromos, para navegadores, controladores, comunicações e radaristas de deteção e conduta de interseção. Não é uma missão primária da Escola.</i></p> <p><i>Em termos de formação, todas as especialidades de praças da FAP têm inglês curricular. Está previsto no Plano de Instrução e é de 60 horas. A algumas especialidades, é-lhes ainda ministrada formação em Inglês técnico (...)</i></p> <p><i>No caso do CFS e CFO só as especialidades que exijam a componente técnica é que recebem formação de Inglês e neste caso o Inglês técnico. Parte-se do princípio que por via do concurso de admissão já possuem as competências base adquiridas na formação inicial.</i></p>



Questão 2: Qual o método de formação/tipologia de cursos implementados?

Tabela 4 – Tabela de Análise à Questão 2

Fonte: (Autor, 2015)

Questão 2

Entrevista 2	<p><i>Implementado, ainda só estão os cursos por e-learning (se bem que ainda estamos numa fase de experimentação)</i></p> <p><i>Neste momento no CLE só temos ensino à distância (neste momento para os níveis 0,1 e 2), estão em fase de elaboração os cursos intensivos (para aperfeiçoamento) e de 'pre-deployment' para as FNDs.</i></p>
Entrevista 3	<p><i>Nos casos do Inglês geral da formação de praças e de sargentos são utilizados os cursos de tipologia ALC; não intensivo no caso das praças e intensivo no caso dos sargentos.</i></p> <p><i>No caso do Inglês técnico para a categoria de sargentos, os cursos foram desenvolvidos pelo próprio gabinete, para cada classe, com base na identificação das necessidades que cada classe possui quando no desempenho de funções, auscultando os diversos departamentos da ETNA, e militares com experiência no desempenho de missões e treino em ambiente internacional.</i></p>
Entrevista 4	<p><i>(...) o curso intensivo de inglês, que constitui o principal objetivo da escola de línguas, (...) tem uma duração de 300 horas. Prevê 3 níveis, Beginner, Intermediate e Advanced (...). As primeiras 60 horas do curso, módulo A, desenrola-se em modelo de e-learning (...). Os módulos B e C são presenciais (...) a formação é contínua e exclusiva. Semanalmente, o aluno tem 20 horas de ALC mais 10 de gramática. (...)</i></p> <p><i>A avaliação é mista, entre ALC e NPL porque, inicialmente a utilização da avaliação por ALCPT, permite-nos avaliar se a colocação do aluno em determinado nível de formação está correta e a de NPL permite-nos aferir a capacidade do aluno responder em ambiente de testagem (...).</i></p> <p><i>O programa do curso constitui-se, na parte do ALC, nas primeiras 5 semanas, pelo livro, e nas restantes três, as chamadas advanced skills, que por norma ficam ao critério do instrutor e versam atividades diversas de speaking e listening dependendo do nível.</i></p>



Questão 3: O conteúdo programático utilizado baseia-se num sistema específico ou deriva das necessidades do Ramo face aos requisitos internacionais da Aliança, (BILC)?

Tabela 5 – Tabela de Análise à Questão 3

Fonte: Autor

Questão 3

Entrevista 2	<i>Os conteúdos vão de encontro às necessidades do ramo e são elaborados, de acordo com os normativos do BILC (STANAG 6001), pelo CLE com base na interpretação dos descritores do STANAG, pelo que a formação tem que ir de encontro aos objetivos estipulados no STANAG 6001.</i>
Entrevista 3	<i>Dependendo da tipologia da formação ministrada também assim variam os conteúdos programáticos. Usamos a tipologia ALC, nomeadamente para os cursos de inglês geral na formação de base de praças e sargentos (...) e ALC nos cursos de EaD. Nos cursos ou módulos técnicos de formação bem como nos cursos de speaking e writing usamos como base o previsto no Defense Language Institute Foreign Language Centre (DLIFLC) nas publicações Seaman Ships, Naval Ship e Naval Military Terminology acrescido de conteúdos criados pelo próprio gabinete.</i>
Entrevista 4	<i>O conteúdo programático baseia-se no ALC (American Language Course) e no uso de gramática (depende do nível). Não existe ligação para além da testagem dos militares nomeados para cargos internacionais OTAN e da transmissão de informação obtida do BILC via representante nacional. Como nós temos os nossos cursos bem estruturados e como as recomendações nunca são muito específicas e objetivas e os objetivos da formação têm sido atingidos, consideramos que cumprimos com o que tem vindo a ser recomendado.</i>

Face ao universo de efetivos¹² associado aos recursos humanos qualificados na área da formação linguística disponíveis nos ramos das FA, bem como às características e consequentes necessidades específicas de cada ramo, o universo alvo das ações de formação é diferenciado. Tanto a MAR como a FAP ministram formação linguística em língua inglesa, no decorrer da formação inicial, a militares de determinadas classes ou especialidades e de forma transversal às diferentes categorias, tanto na vertente de inglês geral como na vertente de inglês técnico. No caso do EXE, essa realidade não se verifica. Não faz parte da missão do CLE ministrar formação linguística, enquadrada na formação inicial dos militares do EXE, sendo que apenas os oficiais e sargentos do QP têm incluída nos seus planos curriculares formação na língua inglesa.

¹² Para o ano de 2015, estão fixados os seguintes efetivos para cada ramo das FA nacionais: MAR 8783 militares, EXE 17242 militares e FAP 6226 militares, (MDN, 2015).



Quanto ao método de formação e tipologia de cursos implementados, nas situações em que se aplica, privilegia-se a formação intensiva e presencial, com base nos conteúdos programáticos previstos no ALC, complementados com conteúdos programáticos preconizados pelo DLIFLC, no caso da MAR.

b. Treino / Aperfeiçoamento

De uma forma transversal, as ações de formação consideradas de treino/aperfeiçoamento, implementadas pelos ramos da FA, pretendem contribuir para a manutenção ou o incremento das competências linguísticas dos militares dos diversos ramos das FA. Decorrem, de uma forma geral, ao longo da carreira dos militares e asseguram a manutenção de competências necessárias ao desempenho de funções e missões específicas, quer internas quer externas ao ramo, como são os casos das missões e desempenho de funções e cargos integrados nas estruturas das organizações que Portugal integra.

Por forma a analisar a forma e a tipologia de formação conduzida nas diferentes estruturas, elaborámos a seguinte questão, de que apresentamos uma súmula das respostas obtidas e analisamos os pontos comuns registados.

Questão 4: Qual a tipologia de cursos de treino ou aperfeiçoamento das competências linguísticas que se encontram implementadas no Centro/Gabinete/Escola de Línguas do seu Ramo?

Tabela 6 – Tabela de Análise à Questão 4

Fonte: (Autor, 2015)

Questão 4

Entrevista 2	<i>Neste momento só estamos a ministrar cursos de e-learning que pretendem contribuir para a melhoria dos NPL, e não são destinados a nenhum grupo de militares específico, estão a ser 'frequentados' por militares dos vários postos, armas ou serviços.</i>
Entrevista 3	<i>Três módulos de speaking e dois de writing que têm como finalidade aumentar a proficiência linguística dos militares que se propõem a frequentá-los. O Naval Ships ministrado nas vertentes, presencial e em EaD. Os módulos de formação específica para contingentes que constituirão FND no Afeganistão e Mali e ações de formação de apoio personalizado, a militares indigitados para cargos no estrangeiro com determinados requisitos linguísticos (...).</i>
Entrevista 4	<i>Na Escola de Línguas da FAP existem dois tipos de formação: Curso intensivo para alteração do nível de SLP. Tem uma duração de seis semanas de E-learning mais oito semanas presenciais em dois blocos, um de cinco semanas onde se abordam as basic skills e outro de três onde se ministram as advanced skills. No período das oito semanas é ministrado o American Language Course de cariz curricular de forma intensiva. Este curso é ministrado de acordo com as necessidades da FAP sob indicações</i>



da Direção de Instrução da FAP, com a nomeação de militares que se prevejam vir a necessitar de determinado nível linguístico sendo também possível a sua frequência por pretensão individual, mediante vaga.

Ações de refrescamento destinadas a militares que já dispõem de determinado nível de proficiência, por norma nível dois ou três, que se perspectiva que irão integrar missões internacionais onde virão a necessitar de determinados NPL. (...) Normalmente é destinado a Oficiais indigitados para cargos superiores. Não invalida no entanto a testagem efetuada no EMGFA que é a que confere a testagem para satisfação dos requisitos previstos no job description do cargo respetivo.

Constata-se que, efetivamente, a tipologia de cursos implementada nas estruturas de formação linguística das FA tem como finalidade principal a manutenção ou melhoria do NPL dos seus militares.

O facto de esta tipologia de formação decorrer durante a carreira dos militares leva a que se privilegie o sistema de EaD por forma a causar o menor impacto possível nas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos onde os militares prestam serviço. Destinam-se a todos os militares das FA e, no caso da MAR, incluem ações de formação específicas para contingentes de FND nos teatros de operações do Afeganistão e do Mali.

c. Testagem

Tal como já foi referido anteriormente, cabe ao EMGFA a responsabilidade e competência de avaliar e certificar os níveis de proficiência linguística dos militares das FA nacionais, indigitados ou a concurso a cursos ou cargos internacionais ou nacionais inseridos em estruturas da OTAN. Não obstante este quesito, as diferentes estruturas de formação e testagem das FA, implementadas nos diferentes ramos, procedem à avaliação e validação das ações de formação que levam a cabo, bem como à testagem dos níveis de proficiência linguística dos seus militares. Os resultados obtidos são, no entanto, meramente indicativos, servindo de indicador sobre o conhecimento linguístico dos militares e sobre a qualidade das ações de formação conduzidas.

No sentido de analisar as diferentes formas como a avaliação e testagem são realizadas, foram colocadas as questões que se indicam abaixo e analisadas as respetivas respostas.



Questão 5: Qual a tipologia de testes implementados na avaliação e/ou validação do NPL dos militares das FA nacionais?

Tabela 7 – Tabela de Análise à Questão 5

Fonte: (Autor, 2015)

Questão 5

Entrevista 1	<p><i>Os testes efetuados aqui no laboratório são feitos de acordo com as recomendações do BILC que têm por base o STANAG 6001. (...) foram inicialmente feitos em conjunto por mim e por um professor de Inglês, de nacionalidade inglesa (...) Sempre que eu introduzo algum tipo de alteração (...), consequência das recomendações do BILC (...) comunico-o aos Ramos (...) para que os militares, quando se apresentam no EMGFA para serem testados, não sejam surpreendidos com a forma ou o método de testagem aqui utilizado.</i></p>
Entrevista 2	<p><i>Neste momento só realizamos a aferição do perfil linguístico de inglês e francês aos militares que pretendem ir para cargos e cursos, bem como às FNDs, os testes são elaborados pelo CLE e seguem o modelo desenvolvido pelo British Council¹³ em 2009, que faz a aferição até ao nível 3 e depois têm as extensões que validam o 3 e permitem verificar se é 3+, 4 ou 5, com os recursos humanos do CLE, seguimos as orientações do EMGFA, nomeadamente neste momento os testes de writing têm uma composição. Fazemos aferição, avaliação só quando os cursos estiverem em pleno funcionamento, e quando o centro for certificado pelo BILC.</i></p>
Entrevista 3	<p><i>Utilizamos os testes de ALCPT para nivelamento, os qizz dos livros do ALC e testes de avaliação desenvolvidos por nós para cursos e ações de formação como sejam os cursos de speaking, writing e naval ships (...)</i></p> <p><i>No que à validação de NPL diz respeito, fazemos testes de NPL elaborados por nós, embora, (...), seja uma competência e responsabilidade do EMGFA, (...) essa validação não tem cariz vinculativo. Os militares continuam a necessitar da validação atribuída pelo EMGFA para cargos internacionais (...) no caso de se tratar de um cargo exclusivo do ramo onde não se verifique a exigência da certificação do EMGFA conduzimos nós a aferição do NPL. Caso essa validação seja necessária, os nossos testes servem apenas para fazer uma triagem dos militares (...).</i></p>
Entrevista 4	<p><i>Conduzimos testes NPL (...) com base no STANAG 6001 e na sua interpretação (...) divididos em 4 partes:</i></p> <p><i>A primeira parte é o listening. (...) baseia-se numa gravação sobre a qual se vão colocando questões (60). As respostas são de escolha múltipla. A duração do teste é o tempo que a gravação dura. O segundo teste é o reading. (...) 60 questões e tem uma duração aproximada de 60 minutos. O teste centra-se na capacidade da compreensão escrita e é composto por 2 tipos de questões: escolha múltipla e preenchimento de espaços.</i></p> <p><i>O terceiro teste é o writing que se foca mais na gramática. Os alunos têm 60 minutos para resolver 70 exercícios de escolha múltipla com preenchimento de espaços e outros com deteção e correção de erros.</i></p> <p><i>Por fim, dá-se a entrevista que tem a duração de aproximadamente 15 minutos.</i></p>

¹³ O *British Council* é a organização internacional do Reino Unido para as relações culturais e oportunidades educacionais (British Council, 2015).



Questão 6: Qual o nível de satisfação da testagem da proficiência linguística, face aos requisitos internacionais, (BILC)?

Tabela 8 – Tabela de Análise à Questão 6

Fonte: (Autor, 2015)

Questão 6

Entrevista 1	<i>A melhor forma de validar o nosso processo de testagem passa pela própria testagem dos nossos militares pelas instituições internacionais que estes integram. Em alguns casos os nossos militares são novamente testados nas estruturas internacionais e é-nos possível fazer uma comparação de resultados. Nós não temos um registo da testagem internacional, no entanto nunca nos foi comunicado qualquer caso de não conformidade na testagem internacional com a obtida aqui no laboratório.</i>
Entrevista 2	<i>Não tenho elementos para responder a esta questão, sei que quando são testados no CLE depois, dependendo do cargo, são testados no EMGFA e os resultados têm sido idênticos, mas não tenho dados para fazer a análise que me pede.</i>
Entrevista 3	<i>A única forma de atestar a qualidade da testagem conduzida pelo Gabinete de língua inglesa da ETNA é a contraposição dos resultados da nossa triagem com a testagem efetuada no EMGFA. (...)ainda não tivemos situações de não conformidade, ou seja, nenhum militar que tenha efetuado a triagem na ETNA teve dificuldade em atingir os objetivos aquando da testagem efetuada no EMGFA.</i>
Entrevista 4	<i>Existe um registo das avaliações das formações que ministramos, não existe um registo de testagem que é feita no EMGFA ou internacionalmente. Ao nível dos refrescamentos, o que tem sucedido é que todos os militares que frequentam estas ações, têm sido bem-sucedidos ao nível do EMGFA</i>

No que à testagem diz respeito, e de acordo com o determinado na diretiva nº4/85 do CEMGFA, o LL do EMGFA produz ferramentas de testagem linguística, com base no STANAG 6001 e de acordo com aquilo que são as recomendações do BILC. Não obstante este facto, os diversos ramos também produzem as suas próprias ferramentas de avaliação e validação de competências linguísticas. Verifica-se, no entanto, que a base utilizada na elaboração destas ferramentas difere de estrutura para estrutura. Face à diferente tipologia de cursos e conteúdos programáticos ministrados pelos diferentes ramos, também os seus mecanismos de avaliação e testagem diferem. A especificidade de cada ramo, associada às diferentes fontes utilizadas nos processos formativos e ao facto de a formação ser feita de forma independente, embora com uma base comum - o STANAG 6001 - leva a que cada ramo proceda à testagem dos seus militares tendo por base ferramentas de testagem diferenciadas.

No caso do EXE as ferramentas têm por base testes adquiridos ao British Council enquanto que na MAR e FAP constatamos que existe uma combinação de testes de NPL



com testes do sistema ALCPT. É, no entanto, de realçar que mesmo a tipologia de teste de NPL implementada resulta da interpretação individual que cada estrutura individual faz dos descritores previstos no STANAG.

Quanto à validação da testagem, todas as estruturas são unânimes quanto à incapacidade de medição dessa competência. Baseiam essa avaliação, de uma forma geral, na ausência de resultados negativos apresentados pela Aliança.

d. Contributos para um modelo comum

A especificidade de cada ramo, o ambiente em que operam e a terminologia utilizada obrigam a uma formação linguística específica, pelo que as estruturas de formação dos diferentes ramos tenham procurado, junto de instituições reconhecidas e competentes nesta área de formação, apoio sob a forma de conteúdos programáticos e processos de testagem devidamente estruturados e sistematizados.

Identificados diferentes graus e tipologias de necessidades linguísticas dos militares dos ramos das FA, não se reconhece a necessidade de modelos comuns e análogos de formação e treino/aperfeiçoamento de competências linguísticas. De uma forma ou de outra, os ramos têm evoluído no sentido de desenvolver ações de formação com base em ferramentas e conteúdos programáticos que satisfaçam as suas necessidades, indo ao encontro da sua especificidade. Reconhecemos, no entanto, uma mais-valia no emprego de tipologias de ações e processos de formação que permitem a manutenção e o incremento das competências linguísticas, rentabilizando os recursos humanos e de infraestruturas de cada ramo. A implementação de ações de formação de manutenção ou incremento do NPL, bem como as de *pre-deployment*, assentes em processos de EaD, quer seja na sua vertente pura de *e-learning* ou mista, *b-learning*, garantem as necessidades tanto dos militares como das próprias instituições.

O mesmo não se verifica no caso da testagem. Por forma a garantir a competência, a credibilidade, a imparcialidade e a idoneidade de uma estrutura de testagem é imperativo dotá-la de ferramentas e condições que permitam implementar processos reconhecidos e aceites pelas estruturas a que Portugal pertence.

A elaboração de um modelo de testagem, total ou parcialmente comum, a implementar pelos ramos da FA nacionais terá que, forçosamente, passar pelo desenvolvimento de ações de formação, internas e externas às FA, passíveis de capacitar os seus recursos humanos de



competências ajustadas às necessidades inerentes à testagem de competências linguísticas.

Assente no George Marshal Center, através do Partner Language Training Europe, a OTAN possui programas de formação, disponíveis a todas as nações da Aliança, destinados a indivíduos envolvidos nos processos de formação linguística, com a finalidade de capacitar os seus formandos com as competências de testagem e de elaboração de ferramentas de testagem. Trata-se de uma formação ministrada em três níveis, em que o nível básico é destinado a formadores linguísticos que pretendam iniciar a atividade de testagem, um segundo nível de especialização para desenvolvimento de competências de testagem nos níveis iniciais de NPL, 1 e 2, e um terceiro módulo focado nos NPL mais avançados, 2+, 3 e 4. Estas ações permitem normalizar e difundir os mecanismos de elaboração e administração de testes e as metodologias de testagem e garantir às nações uma base de conhecimento uniforme, passível de ser transmitida internamente, por via de ações de formação internas, *workshops* ou seminários, entre as diferentes estruturas de formação e testagem dos diferentes ramos.

Por outro lado, é fundamental proceder à centralização do processo de validação da testagem numa única entidade, responsável e competente, conferindo-lhe competências e condições para proceder à elaboração das ferramentas de testagem, apoiada pelo universo das diferentes entidades formativas, por forma a integrar as características específicas e satisfazer as necessidades individuais de cada ramo. Adicionalmente, a centralização da competência de testagem, a certificação dessa capacidade por parte duma entidade competente e normalizadora e o desenvolvimento partilhado de ferramentas de testagem, com base nos contributos específicos de cada ramo, contribuirão para a diminuição do fator subjetivo de análise dos descritores expressos na ferramenta de normalização STANAG 6001.

Esta entidade, do ponto de vista da idoneidade, imparcialidade e credibilidade, deverá ser independente dos ramos e alheia às atividades e processos de formação linguística por estes instituídos. Naturalmente, a sua capacidade de testagem de grupos ou forças constituídas poderá e deverá ser complementada através do recurso às capacidades humanas e às infraestruturas individuais de cada ramo, sendo que este recurso só terá efeitos positivos caso a base conceptual, os procedimentos e as ferramentas de testagem forem comuns, tenham tido bases comuns de desenvolvimento e concorram para o mesmo objetivo.

Existirão também necessidades de implementação de medidas de controlo de



qualidade das ferramentas de testagem, através da criação de testes variados e em número significativo e de testes modelo para testagem e controlo dos próprios testes.



Conclusões

O presente trabalho de investigação individual pretendeu dar resposta à PP: “Em que medida é possível normalizar os modelos de formação, aperfeiçoamento e testagem utilizados nas estruturas de formação e testagem da competência linguística das FA por forma a rentabilizar a proficiência linguística dos militares portugueses no desempenho de cargos e missões internacionais integrados?”. Para tal elaborámos três PD que abordaremos nesta conclusão por forma a dar resposta à PP formulada.

Em termos de procedimento metodológico de investigação, começámos por apresentar o tema, proceder à sua caracterização bem como à avaliação da sua importância para as FA nacionais. Definimos assim que a capacidade de comunicar, enquanto fator relevante de interoperabilidade entre forças multinacionais se reveste de importância vital e contribui para a manutenção e incremento da relevância nacional no seio das alianças a que Portugal pertence.

Seguidamente, identificámos e descrevemos as diferentes estruturas de formação e testagem da competência linguística das FA portuguesas e caracterizámos os diferentes modelos de formação, treino/aperfeiçoamento e testagem linguística por estas implementados, por forma a dar resposta à PD1.

Além do LL do EMGFA, todos os ramos possuem um gabinete, centro ou escola de línguas com características próprias e criados de forma a satisfazer as necessidades específicas de cada ramo no que às competências linguísticas dos seus militares diz respeito. No caso do LL do EMGFA, já desde 1985, e embora não possua competências formativas, este constitui-se como a entidade competente e responsável pela testagem e validação dos NPL dos militares portugueses a concurso ou indigitados para cargos, funções ou missões no âmbito da OTAN e demais organizações internacionais a que Portugal pertence. Tem vindo a desenvolver este processo de testagem de forma autónoma, inicialmente com base em apoios internacionais (FA canadianas) e fruto do trabalho desenvolvido pela sua direção, passando posteriormente a integrar nos seus processos e ferramentas de testagem as recomendações do órgão consultivo da OTAN, o BILC.

No que ao CLE diz respeito, e pelo reconhecimento por parte da estrutura superior do EXE, da importância dos conhecimentos linguísticos, com especial incidência na língua inglesa, este sofreu uma reestruturação no decorrer do ano de 2014, que pretende dotar o centro de um sistema de formação e aprendizagem com objetivos específicos e de acordo



com o determinado pelas instituições internacionais, certificadoras dessas competências. Pretende-se privilegiar o sistema de *e-learning*, nas suas vertentes não-presencial, presencial e mista. Foram criadas, e encontram-se em fase de implementação, três tipos diferenciados de cursos, tendo em vista as necessidades do EXE. Os dois primeiros, com o objetivo de manter ou incrementar o NPL dos seus militares, a serem ministrados em modo de *b-learning*, no caso do primeiro, e de *e-learning*, com recurso a tutor, no caso do segundo. A terceira modalidade, de cariz intensivo e presencial, pretende garantir competências linguísticas para o desempenho de funções específicas: funções de estado-maior, assessoria e direção em embaixadas e frequência de cursos; comando de unidades operacionais; e uniformização de terminologia militar em documentos oficiais em inglês, para militares com responsabilidades de tradução.

Quanto à testagem, é apenas desenvolvida a aferição do NPL nas línguas inglesa e francesa fazendo uso de ferramentas de testagem criadas pelo próprio CLE, seguindo o modelo desenvolvido pelo *British Council*.

No GLI da ETNA, e em termos de formação inicial, é ministrada formação de língua inglesa às praças de determinadas classes, integrada nos respetivos planos de formação. No Curso de Formação de Sargentos, a formação é transversal a todas as classes, incluindo módulos de inglês geral e inglês técnico específico para cada classe.

Quanto ao treino/aperfeiçoamento, são ministrados cursos técnicos nas áreas de *speaking* e *writing*, disponíveis a todos os militares, desde que preencham os requisitos de cada curso. Aborda-se, de igual forma, a formação técnica específica da MAR, através da realização do curso técnico *Naval Ships* seguindo a metodologia de EaD. À semelhança das demais estruturas de formação desenvolvem-se ações de apoio individualizado a militares indigitados para cargos no estrangeiro com determinados requisitos linguísticos. Finalmente, são ministradas ações de formação de grupo, em situação de *pre-deployment*, para apoio a FND para os teatros de operações do Afeganistão e do Mali.

Em termos de metodologia de formação, privilegia-se a tipologia ALC para as situações da formação inicial complementada por conteúdos desenvolvidos pelo GLI no caso do inglês técnico na formação da categoria de sargentos. As ações de treino/aperfeiçoamento assentam na metodologia desenvolvida pelo DLIELC, com adaptações introduzidas pelo GLI.



No que à testagem diz respeito, são utilizados os testes ALCPT para nivelamento e testes NPL, desenvolvidos pelo próprio gabinete, para efeitos de aferição de competências.

A ELI do CFMTFA, enquanto estrutura de formação, treino/aperfeiçoamento e testagem da proficiência linguística dos militares da FAP, tem como missão primária a condução de cursos intensivos de inglês que procuram satisfazer a intenção do General CEMFA de que todos os militares da FAP possuam o NPL 3 3 3 3 na língua inglesa. Esta tipologia de curso é conduzida de acordo com o previsto no ALC, conjugado com os conteúdos gramaticais da *Basic English Grammar*, *Fundamentals of English Grammar* e *Using and Understanding English Grammar*. Os cursos intensivos encontram-se estruturados em três módulos, sendo o primeiro módulo ministrado em modelo de *e-learning* e os dois seguintes em modo presencial e contínuo, conjugando metodologias de avaliação ALCPT e NPL.

Decorrente da necessidade da FAP de garantir determinada proficiência linguística aos seus militares, são também desenvolvidas ações de formação de refrescamento, por forma a manter ou incrementar a proficiência, em resposta aos requisitos previstos nos *job descriptions* dos cargos internacionais. Estas ações de formação são individuais, desenvolvidas pela ELI de acordo com as necessidades dos militares, bem como de acordo com a disponibilidade da Escola.

Paralelamente, são ministrados módulos de formação de língua inglesa, de forma intensiva, contínua e presencial, inseridos nos planos curriculares, nos cursos de formação de praças, sargentos e aos oficiais das especialidades de meteorologia, de aeródromos, navegadores, controladores, comunicações, radaristas de deteção e conduta de interseção.

Relativamente ao processo de testagem, cabe à ELI proceder à aferição do NPL nas línguas inglesa e francesa dos militares da FAP, para posterior averbamento na respetiva folha de matrícula, sendo que este não é vinculativo exigindo validação, por parte do LL do EMGFA, caso se trate de cargo ou função na estrutura da Aliança.

Seguidamente, e procurando dar resposta à PD2, caracterizámos o BILC, um órgão consultivo da OTAN para assuntos relativos ao treino e testagem de competências linguísticas, que desenvolve ações no sentido de normalizar procedimentos formativos e de testagem linguística por forma a garantir condições de interoperabilidade entre os países da OTAN e da PfP.



Face à sua natureza consultiva, associada à soberania nacional dos estados membros da Aliança, o BILC não possui competência nem responsabilidade para desenvolver programas de ensino e testagem a implementar pelas nações. No entanto, poderá conduzir, caso seja solicitado, ações de apoio especializado em assuntos de ensino e testagem de línguas estrangeiras.

Para tal desenvolveu mecanismos reguladores que permitem estabelecer níveis de proficiência a atingir, nomeadamente o conjunto de descritores dos níveis linguísticos, expressos no STANAG 6001, que definem a proficiência linguística, e o BAT, um teste de aferição ou calibragem a aplicar a indivíduos previamente testados pelas estruturas nacionais, permitindo assim validar os sistemas de testagem nacionais. Na impossibilidade de impor sistemas de testagem e sentindo a necessidade de validar esse processo, minimizando o seu impacto negativo nas situações em que a sua qualidade é questionável, o BILC criou o *SHAPE Language Testing Centre* que tem como missão testar os militares que desempenhem funções na estrutura de PE do ACO que não tenham sido testados ou que não possuam um certificado de proficiência linguística nacional válido para essas funções.

Finalmente, e por forma a dar resposta à PD3, criámos um modelo de análise que nos permitiu analisar os dados recolhidos nas diferentes estruturas de formação e testagem de competência linguística das FA e identificar os seus elementos processuais comuns.

No que à formação curricular inicial diz respeito, os ramos das FA apresentam procedimentos diferenciados. No caso do CLE, essa realidade não se verifica, não fazendo parte da missão do centro ministrar formação linguística no decorrer do processo formativo inicial dos militares do EXE. No GLI da ETNA e na ELI do CFMTFA, é ministrada formação na língua inglesa, no decorrer da formação inicial, a militares de determinadas classes ou especialidades e de forma transversal às diferentes categorias. A formação linguística reveste-se de carácter intensivo e contínuo tendo por base conteúdos programáticos previstos no ALC e adaptados às realidades específicas dos ramos pelas próprias estruturas de formação.

As ações ou módulos de formação de treino ou aperfeiçoamento são encaradas pelos ramos de forma similar. Têm como finalidade a manutenção ou melhoria dos NPL dos seus militares e privilegiam o sistema de EaD. Em termos de universo alvo, abrangem a totalidade dos militares do respetivo ramo, sendo que a MAR tem já implementadas ações de formação de grupo, especificamente destinadas a contingentes de FND nos teatros de operações do



Afeganistão e Mali.

Com o terminar do processo de investigação, foi possível atingir os objetivos traçados no início da elaboração deste TII. O alcançar dos OE estipulados permitiu-nos identificar sinergias e/ou processos e procedimentos de formação, treino/aperfeiçoamento e testagem, implementados pelas diferentes estruturas de formação, passíveis de contribuir para a normalização de procedimentos, garantindo dessa forma uma cabal qualidade da proficiência linguística dos militares portugueses, em desempenho de funções nacionais ou internacionais, inseridas na estrutura das organizações internacionais a que Portugal pertence.

Reconheceu-se a individualidade de cada ramo, identificando-se a sua especificidade, pelo que se concluiu que existe apenas a necessidade de centralizar o processo de testagem e de elaboração das ferramentas de testagem linguística, incluindo, naturalmente, a participação e os contributos dos diferentes ramos. Desta forma estabelecemos linhas de ação que poderão contribuir para a reestruturação do sistema de formação e testagem linguística militar nacional que contribui para a manutenção e incremento da relevância nacional no seio da Aliança.

O facto de a natureza da investigação ser de cariz qualitativo, assente na interpretação de relatos pessoais e de procedimentos implementados, impede a quantificação dos resultados obtidos, o que poderia facilitar a sistematização de processos e a materialização de objetivos, pelo que se considera que a aferição e o registo regular das avaliações e validações do NPL dos militares nacionais poderão concorrer para um conhecimento efetivo das competências dos militares, bem como da qualidade, eficiência e eficácia dos processos de formação, treino/aperfeiçoamento e testagem linguística das FA nacionais.

A temática abordada insere-se na área da formação, uma área tradicionalmente crítica em todos os domínios da sociedade sem que o meio militar seja alheio a esse facto. Relativamente aos aspetos investigados, focámo-nos primordialmente nas questões técnicas da formação e testagem sem, no entanto, nos debruçarmos sobre a estrutura de formação e testagem propriamente dita. Consequência da estruturação implementada, da necessidade reconhecida de assentar a atividade de formação em estruturas altamente competentes e proficientes, associada ao facto de se viverem tempos de austeridade em que, cada vez mais, a rentabilização de recursos, quer humanos quer materiais, se assumir como um imperativo, consideramos que não deve deixar de ser analisada, mantendo aberta uma nova linha de



investigação, a questão do recrutamento de recursos humanos qualificados que garantam qualidade formativa aos militares das FA.

Reconhecendo que a formação dos quadros formativos que constituem as estruturas de formação linguística da FA nacionais é intensa, contínua e dinâmica, prolongando-se no tempo e envolvendo uma quantidade significativa de recursos, consideramos pertinente o estudo e a avaliação da sua origem e os impactos que essa diferenciação poderá ter na estrutura militar nacional.

O desenvolvimento de capacidades formativas internas às FA ou, por oposição, a contratação de serviços externos apresentam-se como soluções que se revestem de aspetos positivos e negativos, pelo que o seu estudo e análise aprofundados serão necessários para uma tomada de decisão assertiva e consciente e por forma a serem atingidos os resultados pretendidos em termos da competência linguística dos militares das FA.

Assumindo as competências formativas como instrumentos fundamentais que carecem de acompanhamento e adaptação ao universo em que se inserem, identificam-se aspetos relevantes em ambas as soluções que condicionarão a tomada de decisão e necessitarão de ser alvo de análise e ponderação.

A contratação de serviços formativos externos ao meio militar levanta questões relativas à falta de conhecimento das ferramentas normalizadoras de ensino e testagem da proficiência linguística (STANAG 6001), à dificuldade de adaptação ao meio militar e às suas técnicas específicas de formação, ao ensino de terminologia militar e à formação específica orientada para a missão, e envolve custos acrescidos à estrutura militar. Por outro lado, apresenta-se como uma solução viável em caso de falta de recursos humanos qualificados nas estruturas militares, garantindo competências nas áreas gerais, de cariz académico e de nível superior, podendo recorrer a metodologias de formação diferenciadas, acrescentando valor aos processos implementados pela estrutura militar, sem, no entanto implicar uma ligação permanente às FA.

Uma outra linha de investigação passível de ser abordada assenta no levantamento das expectativas dos militares das FA no que diz respeito à formação linguística que lhes é disponibilizada no decorrer da sua carreira, face aos requisitos que, cada vez mais lhes são exigidos internacionalmente. As competências linguísticas, no caso do desempenho de funções no seio da OTAN, assumem-se como um requisito seletivo do universo de militares elegíveis para tais funções.



Bibliografia

- BILC, 2014. *BILC - Bureau for International Language Coordination*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.natobilc.org/index.html>
[Acedido em 06 11 2014].
- British Council, 2015. *British Council*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.britishcouncil.org/>
[Acedido em 09 abril 2015].
- Bryman, A., 2012. *Social Research Methods*. 4th ed. Oxford: Oxford University Press.
- Cavaco, C., 2014. *O ensino de línguas nas FA* [Entrevista] (25 novembro 2014).
- CEME, 2014. *Ensino, Formação e Avaliação em Línguas Estrangeiras dos Militares do Exército (Despacho n° 11/CEME/14)*. Lisboa: GABCEME.
- CEMFA, 1978. *Conhecimento da língua inglesa (Despacho n°7/78)*. s.l.:CEMFA.
- CEMGFA, 1985. *Níveis de capacidade linguística (Diretiva n°4/85)*. s.l.:CEMGFA.
- CID, 2014. *Implementação do Centro de Línguas do Exército (Diretiva N° 4/CID/14)*. Évora: CID.
- Conselho da Europa, 2001. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - Aprendizagem, ensino, avaliação*. 1ª Edição ed. Lisboa: Edições ASA.
- DInst, 2001. *Ensino da Língua Inglesa na Força Aérea (Determinação n°1)*. s.l.:DInst.
- DInst, 2007. *Programa do Curso Intensivo de Inglês (PDInst 144-2)*. Amadora: DInst.
- DInst, 2013. *Regulamento do Curso Intensivo de Inglês (RDInst 144-1)*. Amadora: DInst.
- EMA, 1996. *Ordem da Armada (OA n° 12/96)*. Lisboa: EMA.
- Governo de Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. 1ª Série ed. Lisboa: INCM.
- IESM, 2014. *Orientações Metodológicas Para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: s.n.
- IESM, 2014. *Trabalhos de Investigação (NEP/ACA - 010)*. Pedrouços: IESM.
- JALLC, 2010. *Analysis of Interoperability Shortfalls in Current NATO-Led Operations*,



s.l.: JALLC.

Magalhães, 1. E., 2014. *O ensino de línguas nas FA* [Entrevista] (19 novembro 2014).

MDN, 2015. *Fixa os efetivos das Forças Armadas, para o ano de 2015 (Decreto-Lei n.º 31/2015 de 4 de março)*. Lisboa: Diário da República.

Melo, P. M. M., 2015. *O ensino de línguas nas FA* [Entrevista] (27 fevereiro 2015).

Monaghan, D. R. D., 2011. *Canadian Military Journal*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.journal.forces.gc.ca/vol13/no1/page23-eng.asp>
[Acedido em 03 11 2014].

NAC, 2013. *NATO Capability Targets 2013 - Portugal*, Brussels: NAC.

National Capital Language Resource Center, 2014. *Teaching World Languages: A Practical Guide*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.nclrc.org/TeachingWorldLanguages/index.html>
[Acedido em 16 11 2014].

NATO Standardization Agency, 2010. *STANAG 6001 NTG (Edition 4) - Language Proficiency Levels*. Bruxelas: NATO.

Potter, M. G. G. C., 2012. Army Culture and Foreign Language Program. *Military Intelligence Professional Bulletin*, janeiro - março, pp. 3-12.

Rasmussen, A. F., 2012. *Summit Declaration on Defence Capabilities: Toward NATO Forces 2020*. Chicago, NATO.

Rodrigues, A. T., 2015. *O Ensino de línguas nas FA* [Entrevista] (27 fevereiro 2015).

Santos, L. et al., 2014. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: IESM.

SHAPE Language Testing Centre, s.d. *The SHAPE Language Testing Centre and NOT making the grade!*, Belgium: SHAPE.

SHAPE, 2006. *Language Testing*. Belgium: NATO.

The Guardian, 2013. *Languages, diplomacy and national security: five key issues / Education / theguardian.com*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.theguardian.com/education/2013/dec/05/languages-for->



diplomacy-key-points

[Acedido em 06 11 2014].

U.S. House of Representatives - Committee on Services - Subcommittee on Oversight & Investigations, 2010. *Building Language Skills and Cultural Competencies in the Military: Bridging the Gap*. s.l.:US Congress.

US Department of the Army, Headquarters, 2009. *Army Culture and Foreign Language Strategy*, Washington DC: Department of the Army.



Apêndice A – Estrutura do Trabalho de Investigação Individual

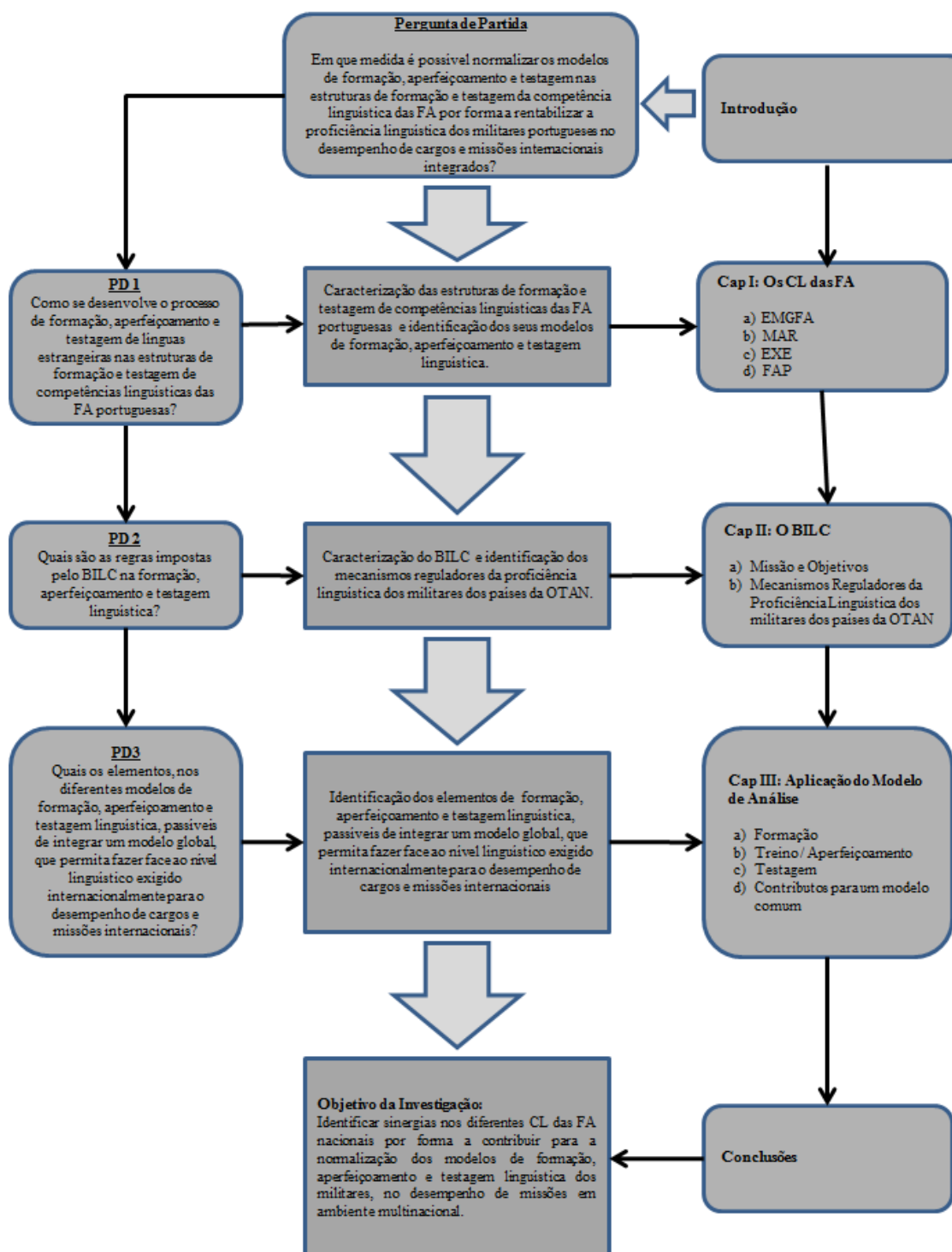


Figura 3 – Estrutura do TII

Fonte: (Autor, 2014)



Apêndice B – Guião da entrevista realizada aos Chefes/Diretores das estruturas de formação e testagem de competências linguísticas das FA.

Entrevista realizada no âmbito do Curso de Estado Maior Conjunto 2014/2015 para efeitos de elaboração do TII, respeitante ao tema “O ensino de línguas estrangeiras nas FA”.

Conceitos Abordados	Questões	Informação pretendida
Ensino, formação base	<p>Qual a população alvo das ações de formação base conduzidas no Gabinete/Laboratório/Centro de Línguas do seu Ramo?</p> <p>Qual o método de formação/tipologia de curso implementado?</p> <p>O conteúdo programático utilizado baseia-se num sistema específico ou deriva das necessidades do Ramo face aos requisitos internacionais da Aliança, (BILC)?</p>	Caraterização e identificação do universo alvo das ações de formação de base de cada ramo das FA, quais os métodos e tipologias de cursos implementados e qual a forma como são definidos os conteúdos programáticos de cada ação de formação.
Treino/Aperfeiçoamento	<p>Qual a tipologia de cursos de treino ou aperfeiçoamento das competências linguísticas se encontram implementadas no Gabinete/ Laboratório/ Centro de Línguas do seu Ramo?</p>	Identificação da tipologia de cursos ou ações de formação ministradas ao longo da carreira dos militares, em cada ramo, com a finalidade de manter ou aperfeiçoar as suas competências linguísticas.
Testagem	<p>Qual a tipologia de testes implementados na avaliação e/ou validação do NPL dos militares do seu Ramo?</p> <p>Qual o nível de satisfação da testagem da proficiência linguística conduzida, face aos requisitos internacionais, (BILC)?</p>	Identificação dos processos e das ferramentas de testagem e validação de NPL e qual o nível de proficiência atingido pelos militares nacionais face aos requisitos internacionais.



Apêndice C – Transcrição da entrevista realizada à Sra Professora Ana Sernadas, diretora do Centro de Línguas do Exército.

Data: 4 de dezembro de 2014

Local: Escola de Sargentos do Exército, Caldas da Rainha

Duração: 1 hora e 14 minutos

Entrevistado: Professora Ana Sernadas

Cargo atual: Diretora do Centro de Línguas do Exército

Método: Entrevista presencial

Conceito: Formação
Entrevistador: Qual a população alvo das ações de formação base conduzidas no Centro de Línguas do Exército (CLE)?
Entrevistado: Uma coisa é a missão do CLE outra é a área de ensino de línguas na ESE. Neste momento o CLE está a ministrar cursos em e-learning aos militares do exército que assim o solicitaram. O exército só dá formação de inglês (não no CLE), como parte do plano curricular aos Sargentos QP desde a formação inicial aos cursos de promoção (cursos na ESE). E na Academia Militar aos Oficiais QP, que ao contrário dos sargentos só têm inglês na formação inicial. A formação de inglês na ESE é ministrada de acordo com o STANAG 6001, e utilizamos os manuais <i>Campaign 2</i> no CFS (100 horas) e o <i>Campaign 1</i> nos cursos de Promoção a Sargento- Ajudante (30 horas) e a Sargento-Chefe (50 horas).
Entrevistador: Qual o método de formação/tipologia de cursos implementados?
Entrevistado: Implementado, ainda só está os cursos por e-learning (se bem que ainda estamos numa fase de experimentação) Neste momento no CLE só temos ensino à distância (neste momento para os níveis 0,1 e 2), estão em fase de elaboração os cursos intensivos (para aperfeiçoamento) e de ‘pre-deployment’ para as FNDs.
Entrevistador: O conteúdo programático utilizado baseia-se num sistema específico ou deriva das necessidades do Ramo face aos requisitos internacionais da Aliança, (BILC)?
Entrevistado: Os conteúdos vão de encontro às necessidades do ramo e são elaborados de acordo com os normativos do BILC (STANAG 6001)Os conteúdos são criados pelo CLE com base na interpretação dos descritores do STANAG, pelo que a formação tem que ir de encontro aos objetivos estipulados no STANAG 6001.



Conceito: Treino/Aperfeiçoamento

Entrevistador: Qual a tipologia de cursos de treino ou aperfeiçoamento das competências linguísticas se encontram implementadas no CLE?

Entrevistado: Neste momento só estamos com os cursos de e-learning, os cursos pretendem contribuir para a melhoria dos NPL, e não está destinado a nenhum grupo de militares específico, está a ser 'frequentado' por militares dos vários postos, armas ou serviços.

Conceito: Testagem

Entrevistador: Qual a tipologia de testes implementados na avaliação e/ou validação do NPL dos militares do Exército?

Entrevistado: Neste momento só realizamos a aferição do perfil linguístico de inglês e francês aos militares que pretendem ir para cargos e cursos, bem como às FNDs, os testes são elaborados pelo CLE e seguem o modelo desenvolvido pelo British Council em 2009, que faz a aferição até ao nível 3 e depois têm as extensões que validam o 3 e permitem verificar se é 3+, 4 ou 5, com os recursos humanos do CLE, seguimos as orientações do EMGFA, nomeadamente neste momento os testes de writing têm uma composição. Fazemos aferição, avaliação só quando os cursos estiverem em pleno funcionamento, e quando o centro for certificado pelo BILC.

Entrevistador: Qual o nível de satisfação da testagem da proficiência linguística conduzida no CLE, face aos requisitos internacionais, (BILC)?

Entrevistado: Não tenho elementos para responder a esta questão, sei que quando são testados no CLE depois, dependendo do cargo, são testados no EMGFA e os resultados têm sido idênticos, mas não tenho dados para fazer a análise que me pede.



Apêndice D – Transcrição da entrevista realizada à Sra 1TEN Estela Magalhães, Chefe do Gabinete de Língua Inglesa - Departamento de Formação Geral – Escola de Tecnologias Navais e Representante nacional no BILC.

Data: 27 de março de 2015

Local: ETNA, Base Naval do Alfeite

Duração: 1 hora e 18 minutos

Entrevistado: 1TEN Estela Magalhães

Cargo atual: Chefe do GLI - Departamento de Formação Geral – ETNA e Representante nacional no BILC

Método: Entrevista presencial

Conceito: Formação

Entrevistador: Qual a população alvo das ações de formação base conduzidas no Gabinete de Línguas da ETNA?

Entrevistado: Neste momento, e em termos de formação de Inglês geral, só as praças das classes de operações e comunicações recebem formação. Esta formação insere-se na formação de especialidade de base dos militares, está integrada nos respetivos planos de formação e comporta 90 horas de formação. Na categoria de sargentos, melhor, no Curso de Formação de Sargentos, a formação é transversal a todas as classes, comporta módulos de Inglês geral com 210 horas de formação e um módulo de 35 horas de Inglês técnico, específico para cada classe. Estes cursos encontram-se inscritos na formação base inicial dos militares, nos planos curriculares de cada classe. A reprovação no Inglês Geral, implica a reprovação no CFS.

Ministramos também cursos de inglês técnico, nas áreas de *speaking* e *writing*, disponíveis a todos os militares, perante proposta/concurso, desde que preencham os requisitos de cada curso. São neste momento três módulos de *speaking* e dois de *writing* e têm como finalidade aumentar a proficiência linguística dos militares que os frequentam desenvolvendo as suas competências ao nível da produção oral e escrita. Estes módulos de formação estão disponíveis várias vezes por ano e a sua frequência depende do número de militares inscritos. Abordam níveis de proficiência e conhecimento diferenciados, exigindo o inicial uma percentagem de 75% na tipologia ALCPT. Encontram-se em revisão para se fazerem várias alterações, nomeadamente os requisitos, visto o ALCPT versar competências passivas, no caso o reading e listening, e pretender-se que a avaliação verse competências produtivas.

Adicionalmente, é também ministrado um curso técnico, dado em duas modalidades, presencial e *b-learning*, que é um curso técnico da área naval. Designa-se por *Naval Ships*, incide sobre terminologia naval e é também de cariz voluntário. É também ministrado apoio personalizado a militares indigitados para cargos no estrangeiro com determinados requisitos linguísticos. Fazemos a aferição do NPL do militar em questão através de testes NPL elaborados pelo gabinete, e desenhamos planos de formação de acordo com as fragilidades do militar, da sua disponibilidade, da disponibilidade do próprio gabinete e do tempo disponível até ao momento da testagem oficial a desenvolver pelo EMGFA.



Possuímos ainda ações de formação que desenvolvemos para apoio dos militares que foram indigitados para o Afeganistão e para o Mali, sendo que no caso do Mali a formação foi dada em Inglês e Francês.

Na tipologia de EaD, além do *Naval Ships*, que contempla a modalidade de *b-learning*, possuímos um plano individualizado de autoformação que consiste basicamente no curso do ALC dado à distância, ao longo de mais ou menos 10 meses. É ministrado uma vez por ano, de forma voluntária. Os militares deslocam-se inicialmente ao gabinete onde lhes é determinado o nível de proficiência com base no ALCPT, é-lhes atribuído um tutor e disponibilizadas, via moddle, as ferramentas formativas necessárias. Periodicamente deslocam-se ao gabinete para elaboração de testes (quizz) de acordo com o previsto no sistema ALC. Este curso está disponível, mediante vaga das cerca de 40 disponíveis anualmente, a todos os militares que no mínimo atinjam a classificação de 50 % no teste de diagnóstico inicial ALCT.

Entrevistador: Qual o método de formação/tipologia de curso implementado?

Entrevistado: Nos casos do Inglês geral da formação de praças e de sargentos são utilizados os cursos de tipologia ALC; não intensivo no caso das praças e intensivo no caso dos sargentos.

No caso do Inglês técnico para a categoria de sargentos, os cursos foram desenvolvidos pelo próprio gabinete, para cada classe, com base na identificação das necessidades que cada classe possui quando no desempenho de funções, auscultando os diversos departamentos da ETNA, e militares com experiência no desempenho de missões e treino em ambiente internacional. Atualmente estamos em fase de implementação desta tipologia de formação que tem vindo a ser testada em termos de conteúdos.

O curso *Naval Ships* baseia-se em livros do *Defense Language Institute Foreign Language Centre (DLIFLC)*; o *Seaman Ships*, o *Naval Ships* e o *Naval Military Terminology* acrescido de conteúdos introduzidos pelo próprio gabinete.

As ações de formação ministrados às forças que integraram e continuam a integrar os contingentes do Afeganistão e Mali foram desenvolvidos pelo gabinete com base na identificação e levantamento de necessidades da missão específica e SOP's das missões, bem como pelas necessidades para forças de tipologia *pre deployment* definidas pela OTAN.

Os cursos de speaking e writing foram desenvolvidos de acordo com os cursos de speaking e writing do DLIFLC, adaptados pelo gabinete de acordo com aquilo que foi identificado como sendo as necessidades da Marinha, em termos nacionais e de acordo com as lacunas identificadas nos formando que frequentam esta tipologia de curso.

Entrevistador: O conteúdo programático utilizado baseia-se num sistema específico ou deriva das necessidades do Ramo face aos requisitos internacionais da Aliança, (BILC)?

Entrevistado: Dependendo da tipologia da formação ministrada também assim variam os conteúdos programáticos. Baseiam-se em sistemas diferenciados dependendo da sua finalidade. Usamos a tipologia ALC, nomeadamente para os cursos de inglês geral na formação de base de praças e sargentos. É também utilizada a tipologia ALC nos cursos de EaD

Nos cursos ou módulos técnicos de formação bem como nos cursos de speaking e writing usamos como base o previsto no *Defense Language Institute Foreign Language Centre (DLIFLC)* nas publicações *Seaman Ships*, *Naval Ship* e *Naval Military Terminology* acrescido de conteúdos criados pelo próprio gabinete.



Finalmente, criámos, com base na identificação e levantamento de necessidades da missão específica e SOP's das missões, bem como as necessidades para forças de tipologia *pre deployment* identificados pela OTAN, módulos de formação específicos para forças que cumprem missões no Afeganistão e Mali

Conceito: Treino/Aperfeiçoamento

Entrevistador: Qual a tipologia de cursos de treino ou aperfeiçoamento das competências linguísticas se encontram implementadas no Gabinete de Línguas da ETNA?

Entrevistado: Três módulos de *speaking* e dois de *writing* que têm como finalidade aumentar a proficiência linguística dos militares que se propõem a frequentá-los. O *Naval Ships* ministrado nas vertentes presencial e em EaD. Os módulos de formação específica para contingentes que constituirão FND no Afeganistão e Mali. Ações de formação de apoio personalizado, a militares indigitados para cargos no estrangeiro com determinados requisitos linguísticos.

Conceito: Testagem

Entrevistador: Qual a tipologia de testes implementados na avaliação e/ou validação do NPL dos militares da Marinha?

Entrevistado: Utilizamos os testes de ALCPT para nivelamento, os *qizz* dos livros do ALC e testes de avaliação desenvolvidos por nós para cursos e ações de formação como sejam os cursos de *speaking*, *writing*, *naval ships*, etc. No que à validação de NPL diz respeito, fazemos testes de NPL elaborados por nós, embora, como já referi, de acordo com a Diretiva 4/85 do CEMGFA, seja uma competência e responsabilidade do EMGFA, no entanto essa validação não tem cariz vinculativo. Os militares continuam a necessitar da validação atribuída pelo EMGFA para cargos internacionais que possuam requisitos linguísticos nos seus *job description*, no caso de se tratar de um cargo exclusivo do ramo onde não se verifique a exigência da certificação do EMGFA conduzimos nós a aferição do NPL. Caso essa validação seja necessária, os nossos testes servem apenas para fazer uma triagem dos militares a concurso ou indigitados para determinadas funções ou cargos.

Entrevistador: Qual o nível de satisfação da testagem da proficiência linguística conduzida no Gabinete de Línguas da ETNA, face aos requisitos internacionais, (BILC)?

Entrevistado: A única forma de atestar a qualidade da testagem conduzida pelo Gabinete de língua inglesa da ETNA é a contraposição dos resultados da nossa triagem com a testagem efetuada no EMGFA. Nesse aspeto ainda não tivemos situações de não conformidade, ou seja, nenhum militar que tenha efetuado a triagem na ETNA teve dificuldade em atingir os objetivos aquando da testagem efetuada no EMGFA.



Apêndice E – Transcrição da entrevista realizada aos Srs CAP Ivo Cavaco e ALF Tiago Rodrigues, Diretores da Escola de Língua Inglesa do CFMTFA.

Data: 27 de fevereiro de 2015

Local: ELI, CFMTFA, Ota

Duração: 1 hora e 10 minutos

Entrevistado: CAP Ivo Cavaco e ALF Tiago Rodrigues

Cargo atual: Diretor/Formador na ELI

Método: Entrevista presencial

Conceito: Formação

Entrevistador: Qual a população alvo das ações de formação base conduzidas na Escola de Línguas da FAP (ELI)?

Entrevistado: A missão primária da Escola de Línguas é ministrar Cursos Intensivos de Inglês, ministrar ações de formação de refrescamento e a aferição do nível de Inglês e Francês dos militares da Força Aérea.

No primeiro caso, estes cursos estão destinados a qualquer militar da FAP dando-se prioridade aqueles que necessitem por motivos de serviço. Os militares propõem-se para o curso e cabe à DINST determinar quem frequenta o curso e à Direção de Pessoal nomear os militares para a sua frequência. Em termos de prioridade, dá-se prioridade às necessidades de serviço preenchendo-se depois a capacidade sobrando tendo como objetivo melhorar as capacidades dos militares da FAP.

Nos refrescamentos, atuamos de acordo com a necessidade para fazer face à satisfação de requisitos linguísticos previstos nos *job descriptions* dos cargos OTAN. São ações que não são planeadas e resultam da nomeação de militares para cargos internacionais. Esses militares serão testados no EMGFA e coordenam connosco a ação de formação específica para atingir os níveis pretendidos. Estas formações não são fixas e dependem do nível de proficiência que o militar já tem, daquele que necessita de atingir, do tempo disponível até ao início da missão e da disponibilidade da Escola.

Paralelamente fazemos a aferição do nível de proficiência linguística dos militares da FAP em Inglês e Francês. Todos os militares deveriam ter o nível de proficiência averbado na sua folha de matrícula, mas nós só vamos fazendo a sua aferição à medida que vai sendo necessário.

Entrevistador: Qual o método de formação/tipologia de curso implementado?

Entrevistado: Para o caso do curso intensivo de inglês, e que constitui o principal objetivo da escola de línguas, este é regulado pelo RDINST e em termos de conteúdos, encontram-se previstos e discriminados no PDINST. Tem como objetivo a subida do nível de NPL, tem uma duração de 300 horas. Prevê 3 níveis, Beginner, Intermediate e Advanced onde se pretende atingir os níveis 1, 2 e 3 respetivamente, nos 4 parâmetros. O número de cursos ministrados, tanto no tempo como em termos de níveis depende da disponibilidade de formadores aqui na escola. A avaliação durante o curso é contínua em ALCPT conjugada com uma avaliação qualitativa dada pelo professor e no final é feita uma avaliação de NPL.



Estes marcos de avaliação integram uma fórmula avaliativa que determina a nota final do aluno.

As primeiras 60 horas do curso, módulo A, desenrola-se em modelo de *e-learning* onde o aluno apresenta trabalhos semanalmente para avaliação. Os módulos B e C são presenciais aqui na escola, a formação é contínua e exclusiva. Semanalmente, o aluno tem 20 horas de ALC mais 10 de gramática. A divisão dos módulos é apenas formal, na prática quase que se fundem.

Em termos de metodologia avaliativa, e na fase de *e-learning*, existem exercícios que a própria plataforma avalia, onde os alunos têm de obter 50% de aproveitamento em cada exercício semanal. Na fase presencial e embora esteja dividida em dois módulos, para nós não passa de um grande módulo, os alunos são avaliados na 1ª, 2ª e 3ª semanas através dum ALCPT. Dependendo do nível em que se encontram necessitam de atingir uma determinada classificação que pode levar à subida ou descida de nível. Na 4ª semana são avaliados com o 1º NPL. A avaliação é mista, entre ALC e NPL porque, inicialmente a utilização da avaliação por ALCPT, permite-nos avaliar se a colocação do aluno em determinado nível de formação está correta e a de NPL permite-nos aferir a capacidade do aluno responder em ambiente de testagem e compreender a própria metodologia de testagem do NPL com base no STANAG. Na 5ª semana efetuam um quizz como está previsto e determinado no livro do ALC que lhe está a ser ministrado.

No terceiro e último módulo, nas sexta, sétima e oitava semanas, voltam a fazer um NPL na sexta, dentro dos mesmos moldes, onde inclusivamente efetuam uma entrevista em data surpresa, na sétima semana fazem um ALCPT, o que nos permite aferir se os alunos estão, efetivamente, a atingir os objetivos a que o curso se propõe. O curso não garante obrigatoriamente a subida de nível. Na última semana efetuam o NPL final não havendo neste a obrigatoriedade da existência da entrevista. No caso dos alunos terem atingido o nível respetivo de cada grupo no NPL anterior, são dispensados desta terceira entrevista. Caso o aluno pretenda uma subida para o nível superior ou não atinja o nível definido, dentro do seu grupo pode propor-se a nova entrevista.

O programa do curso constitui-se, na parte do ALC, nas primeiras 5 semanas, pelo livro, e nas restantes três, as chamadas advanced skills, que por norma ficam ao critério do instrutor e versam atividades diversas de speaking e listening dependendo do nível.

Entrevistador: O conteúdo programático utilizado baseia-se num sistema específico ou deriva das necessidades do Ramo face aos requisitos internacionais da Aliança, (BILC)?

Entrevistado: O conteúdo programático baseia-se no ALC (*American Language Course*) e no uso de gramática (depende do nível).

Não existe ligação para além da testagem dos militares nomeados para cargos internacionais OTAN e da transmissão de informação obtida do BILC via representante nacional. Até há bem pouco tempo os testes do EMGFA eram semelhantes aos feitos aqui por nós, atualmente sofreram alterações e torna-se difícil para nós formarmos e testarmos os nossos militares sem conhecermos a forma de teste do EMGFA.

Como nós temos os nossos cursos bem estruturados e como as recomendações nunca são muito específicas e objetivas e os objetivos da formação têm sido atingidos, consideramos que cumprimos com o que tem vindo a ser recomendado.



Conceito: Treino/Aperfeiçoamento

Entrevistador: Qual a tipologia de cursos de treino ou aperfeiçoamento das competências linguísticas se encontram implementadas na ELI?

Entrevistado: Uma segunda tipologia de formação aqui na escola são os cursos de refrescamento. Esta necessidade surge quando se nomeia um militar para desempenhar funções num cargo internacional cujo *job description* exige um determinado nível de proficiência linguística que o militar não possui. No caso do militar já possuir um nível de proficiência testado e atribuído que seja inferior ao requerido ou no caso de não ter um nível reconhecido, é-lhe ministrado o refrescamento para que possa vir a ser testado no EMGFA com aproveitamento. Este módulo é intensivo e criado de acordo com o nível do militar, com o nível pretendido e com as disponibilidades tanto da escola como do militar. Não existe um programa pré-definido, a formação é de acordo com as necessidades dos alunos.

Conceito: Testagem

Entrevistador: Qual a tipologia de testes implementados na avaliação e/ou validação do NPL dos militares daFAP?

Entrevistado: Os testes NPL estão divididos em 4 partes:

A primeira parte é o *listening*. Este teste baseia-se numa gravação sobre a qual se vão colocando questões (60). As respostas são de escolha múltipla. A duração do teste é o tempo que a gravação dura. O segundo teste é o *reading*. Este tem também 60 questões e tem uma duração aproximada de 60 minutos. O teste centra-se na capacidade da compreensão escrita e é composto por 2 tipos de questão: escolha múltipla e preenchimento de espaços.

O terceiro teste é o *writing* que se foca mais na gramática. Têm 60 minutos e os exercícios são 70. Alguns de escolha múltipla com preenchimento de espaços e outros com deteção e correção de erros.

Por fim, dá-se a entrevista que tem a duração de aproximadamente 15 minutos.

Entrevistador: Qual o nível de satisfação da testagem da proficiência linguística conduzida na ELI, face aos requisitos internacionais, (BILC)?

Entrevistado: Existe um registo das avaliações das formações que ministramos, não existe um registo de testagem que é feita no EMGFA ou internacionalmente. Ao nível dos refrescamentos, o que tem sucedido é que todos os militares que frequentam estas ações, têm sido bem-sucedidos ao nível do EMGFA.



Apêndice F – Transcrição da entrevista realizada à Sra. professora, Diretora do Laboratório de Línguas do EMGFA, Maria Manuela Melo

Data: 23 de fevereiro de 2015

Local: LL do EMGFA, Lisboa

Duração: 55 minutos

Entrevistado: Professora Maria Manuela Melo

Cargo atual: Diretora do LL do EMGFA

Método: Entrevista presencial

Entrevista Exploratória

Entrevistador: Como é que está estruturado e que modelos de formação, treino e testagem utiliza o Laboratório de Línguas do EMGFA?

Entrevistado: O LL do EMGFA iniciou o processo de testagem dos militares das FFAA em 1985 com a ajuda das Forças Armadas canadianas que nos forneceram modelos de teste e formação na testagem porque, como imagina a testagem de conhecimentos sumativos é completamente diferente da testagem de proficiência linguística. A partir desse apoio fomos criando os nossos próprios testes, fomos estudando as perguntas e as respostas e fazendo a validação desses mesmos testes de acordo com a forma como se faz normalmente, de acordo com os processos de testagem.

Desde a adesão nacional ao BILC e até meados de 90 fomos recebendo muito material formativo e seguindo as suas recomendações. Com a reestruturação e as alterações em meados de 90, e com a alteração da relação com o BILC, para o MDN, perdemos a ligação com o BILC até início dos anos 2000. Retomada a ligação ao BILC temos tido uma participação muito ativa e proficiente para nós, devido às suas recomendações e aos seus pedidos para que sigamos as suas indicações. Nós não estávamos a cumprir a recomendação da necessidade de que os alunos, na testagem, efetuassem uma composição. Baseámos os nossos testes em testes de escolha múltipla, em que nos do *writing* introduzimos questões de *rewording* onde o militar testado tem a necessidade de recriar a sua própria frase, situação essa que foi mal recebida pelo BILC. Por essa razão, e de há uns tempos para cá, temos estado a incluir esse parâmetro de testagem, a composição.

Os testes em uso no LL do EMGFA, foram inicialmente feitos em conjunto por mim e por um professor de Inglês, de nacionalidade inglesa, da Academia Militar, o Prof Guimarães. Sempre que eu introduzo algum tipo de alteração aos testes que utilizamos, consequência das recomendações do BILC e com base em materiais e indicações deles, comunico-o aos Ramos para que os Ramos possam integrar essas alterações nos próprios testes e para que os militares, quando se apresentam no EMGFA para serem testados, não sejam surpreendidos com a forma ou o método de testagem aqui utilizado.

A responsabilidade e competência do LL do EMGFA é unicamente a testagem. O facto de eu dar aulas, embora esteja previsto em termos de competências do laboratório não tem cariz avaliativo. Faço cursos voluntários apenas para melhoria do conhecimento geral dos alunos. Inicialmente fazemos um teste de *placement* para aferir o nível de conhecimento do militar e formamos dois grupos, um pre-intermediate e um upper-intermediate onde fazemos



Inglês de manutenção, Inglês geral, sem orientação específica. Tentamos fazer uma boa cobertura de todas as estruturas gramaticais. Estes cursos são de cariz voluntário e não têm relação com a testagem, nem tão pouco faço preparação para a testagem.

Entrevistador: Qual a sua ligação com os Centros de Línguas dos Ramos?

Entrevistado: Em 2013 reconhecemos a necessidade de haver uma maior ligação entre o EMGFA e os diversos centros de testagem dos ramos devido à necessidade de transmitir a informação proveniente do BILC. O BILC comunica com o EMGFA através do representante nacional no BILC e a 1Ten Estela tem demonstrado vontade de melhorar os processos. É natural que os Ramos sintam necessidade de formar ou ensinar inglês mais específico orientado para a sua especificidade, o que não acontece aqui.

Achou-se proveitoso que fosse criada uma comissão, um grupo de trabalho para articular esta relação, mas ainda não se conseguiu totalmente. Conseguiu-se criar uma nova diretiva em substituição da de 1985, que está para aprovação. A intenção era criarmos nós um teste *Benchmark* que os Ramos pudessem utilizar para controlo dos seus próprios testes, mas isso obrigaria a que fosse feita anteriormente toda a parte teórica do teste, que tipo de perguntas deveria incorporar, que modelo de teste se devia seguir para obter um teste modelo que os Ramos pudessem usar como aferidor dos seus próprios testes. A 1Ten Estela funcionaria como elemento de ligação que transmitiria aos ramos todas as indicações dadas pelo BILC e também como ligação aos cursos específicos que cada Ramo ministra. Para já ainda não está implementado.

Entrevistador: De que forma são integradas as recomendações do BILC nos modelos de formação e no processo de validação de NPL no laboratório do EMGFA?

Entrevistado: Os testes efetuados aqui no laboratório são feitos de acordo com as recomendações do BILC que têm por base o STANAG 6001. Inicialmente, e eu considero o início, a partir de 1985, a preocupação do BILC era mais orientada para o ensino das línguas e não tanto para a testagem. Passados uns anos, 7/8 anos, mais ou menos, o BILC começou realmente a interessar-se mais pela testagem. Fez um teste padrão, de calibragem, o *Benchmark Advisory Test* que nós, começámos por não adotar mas que neste momento serve de norma aos nossos testes. As recomendações chegam-nos sob a forma de sugestões sobre medidas a adotar, trabalhos a efetuar, obras a estudar, etc, tudo orientado para a testagem; como deve ser feita, quais os requisitos de cada pergunta, quais são os erros que não devem ser cometidos, etc.

Entrevistador: Como é feita a validação do processo de testagem do EMGFA? Existe um registo dos resultados obtidos face às exigências dos requisitos impostos internacionalmente?

Entrevistado: A melhor forma de validar o nosso processo de testagem passa pela própria testagem dos nossos militares pelas instituições internacionais que estes integram. Em alguns casos os nossos militares são novamente testados nas estruturas internacionais e é-nos possível fazer uma comparação de resultados. Nós não temos um registo da testagem internacional, no entanto nunca nos foi comunicado qualquer caso de não conformidade na testagem internacional com a obtida aqui no laboratório.

A senhora que desempenha as funções de Secretária do BILC, e no decorrer do reconhecimento por parte do BILC de que Portugal não estava a cumprir com a exigência de uma composição, teve o cuidado de referir que Portugal nunca apresentou nenhum membro das FFAA que não estivesse apto, que não correspondesse ao nível de proficiência linguística exigido pelo cargo. A nossa testagem não tem levantado, nunca, qualquer tipo de problema.